

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES

GRADUAÇÃO

Campus Rio Branco



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO **TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES**

Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução
CONSU/IFAC nº 007/2019, publicada em
09/01/2019.

RIO BRANCO – ACRE
2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES

**RIO BRANCO – ACRE
2018**



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

CNPJ: 10.918.674/0003-95

Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Nome fantasia: IFAC– Campus Rio Branco

Esfera administrativa: Federal

Endereço: Av. Brasil, nº 920, Bairro Xavier Maia, Rio Branco - AC CEP 69.903-068

Telefone: (68) 2106-5907 (Ensino)

E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br

Site: www.ifac.edu.br

INFORMAÇÕES DO CURSO

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Resolução de criação nº: 32/2011 de 06/06/2011- CONSU/IFAC

Carga Horária: 2105

Turno de oferta: Noturno

Duração: 06 semestres

Início de funcionamento: 2012.1

Prazo para integralização: 6 semestres (tempo mínimo) a 9 semestres (tempo máximo)

Forma de oferta: Presencial

Local de oferta: Campus Rio Branco



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Reitora
ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

Pró-Reitora de Ensino
MARIA LUCILENE BELMIRO DE MELO ACÁCIO

Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
LUIZ PEDRO DE MELO PLESE

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
UBIRACY DA SILVA DANTAS

Pró-Reitor de Extensão
FÁBIO STORCH DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Administração
JOSÉ CLAUDEMIR ALENCAR DO NASCIMENTO

Diretor Geral do Campus Rio Branco
WEMERSON FITTIPALDY DE OLIVEIRA

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
CÉSAR GOMES DE FREITAS

Coordenadora do Curso
FRANCISCA IRIS NUNES DA SILVA BEZERRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO
Portaria IFAC/CRB nº 10 de 02 de abril de 2018

FRANCISCA IRIS NUNES DA SILVA BEZERRA

ELIANE BARTH TAVARES

VALDIRENE NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA

FRANCISCO BEZERRA DE LIMA JUNIOR

ANTONIO CARLOS FERREIRA PORTELA

RENATA GOMES DE ABREU FREITAS

JOÃO EVANGELISTA MOREIRA FILHO

LUIS PEDRO DE MELO PLESE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	6
2. OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3. PERFIL PROFISSIONAL	12
4. REQUISITOS DE ACESSO.....	13
5. ESTRUTURA CURRICULAR.....	13
5.1 FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS.....	13
5.2 ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	17
5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
5.3.1 TABELA DA MATRIZ CURRICULAR.....	23
5.4 REQUISITOS LEGAIS	26
5.5 METODOLOGIA.....	27
5.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	30
5.7 PRÁTICA PROFISSIONAL	33
5.8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	35
5.9 COLEGIADO DE CURSO	36
5.10 APOIO AO DISCENTE.....	37
5.10.1 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (PROINP)	38
5.10.2 PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN).....	38
5.10.3 ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	39
5.10.4. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)	39
5.10.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	39
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS.....	40
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	40
8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	43
9. DIPLOMA/CERTIFICADO	45
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	45
11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	46
12. REFERÊNCIAS.....	47
13. ANEXOS:	48
13.1. ANEXO I – Matriz de equivalência de disciplinas.	48
13.2. ANEXO II – Ementas.....	51
13.3 ANEXO III – Ementas das disciplinas optativas	88

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

1. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta de 38 institutos, com mais de 400 *campi* distribuídos por todo o território brasileiro, responsáveis pela oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis e modalidade de ensino. O marco inicial de implantação desta rede no Acre data de 2007, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, autorizando a instalação da Escola Técnica Federal do Acre, com sede na cidade de Rio Branco. Os primeiros estudos e direcionamentos para a Instituição foram traçados pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET/AM, conforme autorização das portarias nº 1065 de 13/11/2007 e nº 1201 de 12/12/2007.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou a Escola Técnica Federal do Acre em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuando em cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas, graduações tecnológicas e pós-graduação. As unidades implantadas no Estado estão distribuídas nas macrorregiões do Baixo Acre (sedes no município de Rio Branco), Alto Acre (sede em Xapuri), Juruá (sede em Cruzeiro do Sul), Tarauacá-Envira (sede em Tarauacá) e Purus (sede em Sena Madureira).

A oferta de cursos ocorreu a partir de julho de 2010, com aproximadamente 350 discentes matriculados em nove cursos dos eixos de Recursos Naturais; Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, sendo estes distribuídos nos município supracitados. No ano de 2012, foi autorizada a instalação e funcionamento de mais uma unidade, com sede no município de Rio Branco, a saber, o *Campus* Avançado Baixada do Sol.

Os Institutos Federais representam um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica, sem similar em nenhum outro país, atuando em cursos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

Imbuído de um projeto ousado, o IFAC elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com base nas potencialidades do Estado e em respeito às demandas da comunidade, assegurando assim condições de levar à comunidade local e regional a uma formação diversificada, contribuindo para o amadurecimento de cidadãos e profissionais qualificados.

Vale destacar que o Estado do Acre possui área correspondente a 1,8% do território nacional, dividida em 22 Municípios e faz fronteira internacional com o Peru e a Bolívia e, nacional, com os estados do Amazonas e Rondônia. Sua população total é de 733.559 habitantes (IBGE, 2010)¹, espacialmente concentrada no Vale do Acre (uma das cinco Regiões de Desenvolvimento). A Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população total decresceu no período 1980-2000, porém, ainda permanece bastante elevada relativamente aos índices nacionais (4,09% ao ano). A cidade de Rio Branco concentra 45% da população total e 61,1% da população urbana do Estado. Por outro lado, somente onze municípios têm população urbana acima de cinco mil habitantes.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2010, o Brasil tinha aproximadamente 10% da população de pessoas analfabetas. A taxa de analfabetismo no Acre, considerando pessoas com 15 anos ou mais de idade, era de 23,7% em 2000, o que já apresentava uma regressão significativa se comparamos a taxa de 34,8% registrada no ano de 1990. Igualmente, registravam-se de 2006 a 2009, ainda que timidamente, avanços em relação ao número de estabelecimentos de ensino e turmas que saíram de 1.734 e 8.102 para 1.761 e 9.601, consecutivamente (GOVERNO DO ACRE, 2011).

¹De acordo com o IBGE, a População estimada em 1º de outubro de 2018 é de 869.265 pessoas. Cf.: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Acesso em 01/10/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Há que se destacar também a relação desproporcional entre o número de escolas no Estado e o crescente número de estudantes, sendo Rio Branco o município que registrava aproximadamente 50% dos estudantes de todo o Estado.

Estes dados revelam tanto a necessidade de ampliação no quadro de profissionais na área da educação, quanto à necessidade de investimentos para criação de novas unidades escolares (GOVERNO DO ACRE, 2010), o que se refletia na formação também para os quadros técnicos da educação, a fim de que atuassem em gestão escolar, produção de multimeios, alimentação escolar, processos acadêmicos e infraestrutura e condições de ensino.

Dados da Secretaria de Estado de Educação indicavam que existiam no Acre aproximadamente 2.200 servidores, não docentes, atuando em escolas de ensino básico e poderiam ser contemplados com a oferta desse Curso pelo IFAC, podendo ser somados a estes os trabalhadores da rede particular de ensino.

Acrescente-se a isso a debates feitos pelos sindicatos de base, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e por defensores como João Monlevade, a ex-senadora Fátima Cleide do PT/RO, no sentido de reconhecer, através da Lei nº. 12.014/2009, os funcionários da educação como "profissionais da educação", sendo este um marco histórico para o segmento técnico, o que equivalia a mais de um milhão de profissionais que exerciam suas funções nas milhares de escolas pelo Brasil.

Diante desse cenário, o IFAC, observou-se a necessidade de oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, nos Campi de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, com o objetivo de contribuir com o processo de qualificação profissional dos trabalhadores não docentes da educação básica, que estejam alocados no serviço público ou na iniciativa privada ou, ainda, considerando a possível reinserção dos mesmos nos quadros supracitados.

O Eixo Tecnológico de Apoio Educacional, e inserido nele, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, foi incluído no Catálogo Nacional de Cursos Superiores por meio da Portaria SETEC/MEC nº 72, de 06 de maio de 2010, publicada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



no Diário Oficial da União em 11/05/2010 necessário registrar que o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, lançado em 2016, modificou o eixo do Curso de “Apoio Educacional” para “Desenvolvimento Educacional e Social”, bem como permitiu a redução de carga horária mínima de 2.400 para 2000 horas.

Ante o exposto, a implantação do curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares justifica-se, pois, devido à necessidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais encarregados pelos trabalhos nos diversos espaços educativos. Com a formação de Tecnólogos em Processos Escolares, poderá haver uma melhor preparação da mão de obra encarregada dos diversos processos necessários à melhora da educação, seja em instituições públicas ou privadas. Tal contribuição poderá ser importante para o incremento e alcance de melhores índices da educação para todo o Estado do Acre, contribuindo, assim, para sua evolução no ranking nacional de educação.

A criação do Curso foi proposta a partir da necessidade de continuidade da formação de profissionais não docentes da educação, no nível superior, como condição para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, uma vez que boa parte destes servidores não dispunham de qualificação necessária para auxiliar na melhoria do ensino frente aos novos desafios que a escola enfrenta diante às mudanças de cunho econômico, social, ambiental e tecnológico.

Neste sentido, cabe destacar que o principal objetivo do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares é dar um passo além na qualificação de profissionais não docentes da educação, promovendo a formação profissional e tecnológica em nível superior de funcionários que atuam nas redes de ensino de educação básica do setor público e privado.

Para atender, de maneira mais efetiva a formação dos profissionais para a educação básica, com o compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, o Governo Federal institui a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica Pública, por meio do Decreto nº 7.415 de 31 de dezembro de 2010.

De acordo com esse Decreto, a política nacional de formação dos profissionais da educação básica tem por objetivos:

- I. Promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
- II. Promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica;
- III. Promover a valorização do profissional da educação básica, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
- IV. Ampliar a oferta de cursos superiores e técnicos de nível médio, voltados à formação inicial dos profissionais da educação básica;
- V. Ampliar a oferta de cursos e, atividades de formação continuada, destinados aos profissionais da educação básica; e
- VI. Ampliar as oportunidades de formação de profissional da educação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social.

Neste sentido, o IFAC, como uma Instituição protagonista do processo de expansão das políticas educacionais federais, não só pela sua natureza e missão, mas também pela sua estrutura institucional que permite uma atuação verticalizada, da educação básica à pós-graduação, vem ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, orientado com base no contexto atual do mundo do trabalho, onde a evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado as relações no mundo do trabalho, e cuja organização curricular deve pautar-se no trabalho como princípio educativo, na pesquisa como princípio pedagógico, domínio da tecnologia, da técnica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



específica e das relações de trabalho correspondentes. A profissionalização como processo de aprendizagem permanente e formação continuada.

Ademais, o fato do processo seletivo ser aberto a toda a sociedade garante a formação do atual quadro técnico tanto da iniciativa pública quanto da privada, mas também permite uma inserção de profissionais mais qualificados mediante concursos e novas contratações da iniciativa privada.

O Curso de Tecnologia em Processos Escolares do *Campus* Rio Branco teve início no ano de 2012 com a oferta de uma turma. Até o ano de 2018 o curso teve um total de oito turmas ingressantes, sendo que destas seis estão formadas. Atualmente o curso é reconhecido pela PORTARIA MEC Nº 114 DE 17 de fevereiro de 2017.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais para realização de planejamento, coordenação, controle e operacionalização das atividades de apoio pedagógico e administrativo, integradas a ambientes formais ou não formais de ensino, com vistas à otimização da educação no alcance de seus objetivos, metas e resultados, sobretudo da educação básica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Favorecer a construção de uma visão ampla e sistêmica da escola e da educação.
- Formar integralmente, cidadãos e cidadãs éticos, com autonomia intelectual e pensamento crítico, capazes de compreender os fundamentos pedagógicos, científicos e tecnológicos dos processos escolares;
- Formar profissionais capazes de planejar, executar e acompanhar processos e fluxos organizacionais escolares, em conformidade com os aparatos legais e estimulando a incorporação de novas tecnologias aplicadas à educação.
- Possibilitar uma formação que permita o planejamento da manutenção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, bem como a administração segura e eficiente de almoxarifados e ambientes de segurança alimentar;

- Formar profissionais com princípios éticos e capacidade de relação e interação interpessoal, especificamente no trato com diferentes segmentos (vulnerabilizados socialmente ou não) ou grupos étnico-raciais.

3. PERFIL PROFISSIONAL

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, no Eixo Tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social”, o Tecnólogo em Processos Escolares possui o seguinte perfil profissional:

Planeja, coordena e operacionaliza atividades organizacionais, tecnológicas e gerenciais no âmbito dos espaços educativos. Produz e organiza a oferta de serviços e tecnologias de multimeios para o ensino. Coordena o planejamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e sistemas elétricos e hidrossanitários. Administra almoxarifados e ambientes de segurança alimentar. Planeja, executa, implanta e acompanha processos e fluxos organizacionais escolares. Organiza, supervisiona e executa processos de aquisição, preparo e distribuição da alimentação escolar. Coordena e participa das equipes técnicas de apoio pedagógico e administrativo da escola e da rede de ensino. Coordena e organiza os processos acadêmicos e de conformidade legal da escola. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. (MEC, 2016, p. 35).

Dessa forma, o Tecnólogo em Processos Escolares, a ser formado pelo IFAC, deverá apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para estabelecer constante aprimoramento dos processos, práticas e atividades escolares com o objetivo de evolução constante da qualidade da educação. Nestes termos, inscreve-se como necessária uma consciência política e histórica da diversidade, bem como ações que incentivem a convivência harmoniosa entre os diferentes segmentos e grupos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



étnico-raciais envolvidos no contexto escolar.

4. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares dar-se-á respeitando os princípios básicos de igualdade de oportunidade a todos os cidadãos que concluírem o ensino médio. O ingresso ocorrerá pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), tendo como base a nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), de acordo com a Organização Didático-Pedagógica da Instituição – ODP (Resolução CONSU/IFAC nº 02/2018, art. 52, incisos I ao VII) e Editais de Ingresso (vagas remanescentes).

5. ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS

O Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares está fundamentado em bases legais e nos princípios norteadores explicitados nas seguintes legislações:

- **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004** - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

- **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008** – Institui Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.
- **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- **Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002** - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004** - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.
- **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006** - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017** - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

- **Resolução CNE/CP nº 03, de 18 de dezembro de 2002** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- **Resolução CNE/CP nº 01/2004, de 17 de junho de 2004**– Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **Resolução CONAES nº 01/2010, de 17 de junho de 2010** - Regulamenta as atribuições do Núcleo Docente Estruturante.
- **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012** - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
- **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012** – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- **Resolução CONSU/IFAC nº 145/2013, de 12 de julho de 2013** - Regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- **Resolução CONSU/IFAC nº 024/2015, de 19 de março de 2015** – Institui o Regulamento de criação, atribuições e funcionamento do Colegiado dos Cursos Superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- **Resolução CONSU/IFAC nº 025/2015, de 19 de março de 2015** – Dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

- **Resolução CONSU/IFAC nº 026/2015, de 19 de março de 2015** – Dispõe sobre a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC
- **Resolução CONSU/IFAC nº 089/2015, de 06 de novembro de 2015** – Normatiza a criação, atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- **Resolução CONSU/IFAC nº 090/2015, de 06 de novembro de 2015**– Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre – Campus Rio Branco.
- **Resolução CONSU/IFAC nº 02/2018, de 15 de janeiro de 2018** - Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- **Portaria Normativa nº 10, de 06 de maio de 2016** - Dispõe sobre procedimentos de alteração no número de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos.
- **Parecer CNE/CES nº 436, de 02 de abril de 2001** - Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo
- **Parecer CNE/CES nº 583, de 29 de outubro de 2001** - Trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- **Parecer CNE/CP n.º 29, de 3 de dezembro de 2002** - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



- **Parecer CNE/CP nº 6, de 06 de abril de 2006** - Solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica X Exercício Profissional.
- **Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006** - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- **Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006** - Institui a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- **Parecer CNE/CES nº 19, de 31 de janeiro de 2008** - Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- **Parecer CNE/CES nº 239, de 06 de novembro de 2008** - Trata da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
- **Parecer CNE/CES nº 236, de 07 de agosto de 2009** - Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.

E nos princípios contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFAC.

5.2 ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O atendimento aos educandos com deficiência está previsto na Constituição Federal 1988 no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

suas alterações foi que houve o marco do atendimento desses educandos através da modalidade de Educação Especial. Diz o Art. 4º e inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino que começou a instituir os atendimentos desses educandos.

No ano de 2009 o Estado Brasileiro ratificou através do Decreto Legislativo nº 168 e seu protocolo facultativo promulgado através do Decreto nº 6.949/2009 com status de emenda constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência onde a oferta de Educação Inclusiva deve respeitar as diretrizes do Art.º 24 da referida Convenção. De acordo com a Resolução nº 4 CNE/CEB Nº 4 de 2 de outubro de 2009 determina qual o público alvo da Educação Especial assim como o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, inclusive para os Núcleos de Atendimento aos alunos/pessoas com Deficiência.

Os alunos com deficiência são amparados pela Organização Didático-Pedagógica do IFAC, conforme segue:

Art. 188 O Ifac garantirá aos (as) estudantes com necessidades específicas as condições necessárias à sua integração e desenvolvimento educacional, conforme solicitado por legislação vigente.

Art. 189 Consideram-se estudantes com necessidades específicas aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Parágrafo único. Para atendimento aos (as) estudantes com necessidades específicas a Direção Geral do Campus deverá observar as normativas legais, com apoio do NAPNE, do NAES, da COTEP e das Coordenações de Curso, realizando as solicitações e encaminhamentos necessários aos setores competentes da Reitoria.

Art. 190 Os (as) estudantes com necessidades específicas que concorrerão nas vagas reservadas deverão apresentar junto a Coordenação de Registro Escolar, no ato da matrícula, laudo, expedido pelo profissional correspondente, conforme estabelecido no edital de processo seletivo.

Art. 191 Os (as) estudantes com necessidades específicas receberão atendimento especializado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do seu respectivo campus, que atuam



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



conforme resolução própria e em parceria com os demais setores da instituição, de acordo com cada necessidade apresentada.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) foi instituído e regulamentado pelas Resoluções CONSU nº 23/2011 e 145/2013. Trata-se de um órgão de assessoramento, ligado à Direção de Ensino do Campus, a quem compete desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas dos programas de inclusão, dos cursos técnicos, tecnológicos e superiores, respeitando os dispositivos legais, as orientações para inclusão do Ministério de Educação (MEC) e as políticas de inclusão do IFAC.

5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso é oferecido em regime semestral, dividido em seis períodos letivos, com aulas presenciais, no período noturno, com carga horária total de 2105 horas, incluindo 180 de atividades complementares e 200 horas de práticas profissionais inscritas como componentes curriculares. As cargas horárias estabelecidas para o curso têm **tempo mínimo** previsto para sua integralização de 03 anos (três anos) e **tempo máximo** de 4,5 (quatro anos e meio).

Os seis períodos, distribuídos ao longo de 03 anos, integram componentes curriculares voltados à formação tecnológica, que consolidam a formação do educando com vistas ao preparo para o trabalho, bem como de componentes curriculares voltados à formação cidadã, que estimulam tomadas de decisão éticas e conscientes diante das vivências cotidianas e no mundo do trabalho.

A matriz curricular do curso está organizada por componentes curriculares em regime semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos: **núcleo comum, núcleo específico e prática profissional.**

O **núcleo comum** busca trabalhar conhecimentos fundamentais à formação discente, visando prover as ferramentas básicas para a área de tecnologia em Processos Escolares, em uma abordagem transversal, sempre quando possível.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

No **núcleo específico** desenvolvem-se os conhecimentos específicos da tecnologia em Processos Escolares, buscando-se ampliar competências inerentes à formação do discente na perspectiva de aprofundar os conhecimentos da área de atuação e suas respectivas perspectivas de aplicação das possíveis abordagens metodológicas a serem empregadas.

A **prática profissional** sendo referência do espaço, tempo e saber relativos ao *locus* de atuação profissional do tecnólogo, é constituída de atividades práticas que compreendem diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como: investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. Sugere-se que a disciplina perpassa toda a formação do futuro tecnólogo em Processos Escolares, propiciando a articulação entre os saberes da área de conhecimento e da habilitação específica, visando uma melhor compreensão do horizonte profissional do mundo do trabalho.

Tabela 1: Distribuição em núcleos de organização dos conteúdos

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES		
NÚCLEO COMUM	H/A*	H/R**
Fundamentos da Administração	54	45
Direito Administrativo	36	30
Educação, Sociedade e Trabalho	54	45
Português Instrumental	72	60
Fundamentos da Educação Inclusiva	72	60
Informática Básica	72	60
Legislação Protetiva Especial	54	45
Ética	36	30
Psicologia da Educação	54	45
Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	36	30
Metodologia Científica	54	45
Libras I	72	60
Empreendedorismo e Inovação	54	45
Libras II	72	60
Direito do Trabalho	36	30
Educação e Gestão Ambiental	54	45
SUB-TOTAL NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL	882	735
NÚCLEO ESPECÍFICO	H/A	H/R**
Matemática Aplicada	72	60
Legislação educacional e Educação Básica	54	45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Estatística Aplicada à Educação	54	45
Gestão Escolar Democrática e Participativa	72	60
Políticas Educacionais e Financiamentos da Educação	54	45
Laboratório de Informática	72	60
Gestão de Documentos e Registro Escolar	36	30
Gestão de Processos e Fluxos Escolares	36	30
Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	72	60
Contabilidade Geral e Escolar	54	45
Fundamentos da Gestão de Pessoas	54	45
Política e Alimentação Escolar	54	45
Licitações e Contratos Administrativos	36	30
Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	54	45
Manutenção da Infraestrutura	72	60
Planejamento e Organização de Cantinas	54	45
Laboratório de Línguas e Sala de Leitura	54	45
Tecnologias, Laboratório de Multimeios e o Contexto Escolar	72	60
Laboratório de Ciências	72	60
Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	36	30
Disciplina Optativa	54	45
SUB-TOTAL NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO	1188	990
PRÁTICAS PROFISSIONAIS	H/A	H/R**
Prática Profissional I	60	50
Prática Profissional II	60	50
Prática Profissional III	60	50
Prática Profissional IV	60	50
SUB-TOTAL PRÁTICA PROFISSIONAL	240	200
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	H/A*	
Atividades Complementares	180	
SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES	180	
TOTAL GERAL	2105	

*H/A= Hora aula (50 minutos) e **H/R=Hora/Relógio

O currículo deve caracterizar as bases processuais da formação acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos estudantes e deve ser traduzida por componentes curriculares que se organizem a partir de disciplinas, eixos, ênfases e/ou núcleos, que contemplem a inclusão desses diferentes componentes, os quais integram conteúdos em projetos, experiências e atividades acadêmicas e extensão, expressando a tradução das ações e movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para construí-lo foi necessário uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

importantes. Tem por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões.

Também é importante frisar que a referida seleção foi um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conteúdos curriculares põe em ação as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Essa é a perspectiva do IFAC, em torno da qual se organizam todos os seus cursos, os quais assumem alguns princípios que permeiam toda sua organização curricular e que direciona, portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares proposto, definindo-se como uma de suas vertentes estruturantes:

- Indissociabilidade – Aplica-se na relação entre ensino, práticas investigativas e extensão. O ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.
- Interdisciplinaridade - A integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re) criação do conhecimento.
- Formação profissional para a cidadania - Compromisso de desenvolver o espírito crítico e autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.
- Autonomia intelectual - Significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.
- Responsabilidade, compromisso e solidariedade social. A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem ser pontos integradores das ações de extensão vinculadas ao currículo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



A organização curricular do Curso Superior de Tecnólogo em Processos Escolares não prevê pré-requisitos. Sendo assim, sua estrutura foi organizada observando uma sequência lógica entre as disciplinas presentes. Desta forma, pretende-se facilitar o desenvolvimento do curso, evitando que alunos fiquem impedidos de prosseguirem por estarem retidos em componentes curriculares, de modo que os discentes sejam orientados a seguir a sugestão da matriz curricular, evitando antecipação de disciplinas e possíveis problemas relacionados a habilidades e conhecimentos ainda não adquiridos. A matriz curricular do curso também não prevê em sua grade o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As disciplinas a serem ofertadas serão de duas naturezas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias serão oferecidas de forma regular, ao longo do curso, com a possibilidade de o aluno escolher o momento de cursar determinada disciplina, de acordo com a oferta semestral, conforme dispõe a matriz curricular e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Nas disciplinas optativas, o aluno será levado a optar por uma disciplina de um rol presente no PPC, a ser ofertada durante seu curso, para cumprir uma carga horária mínima de 45 horas ao longo do curso. Essa disciplina apresenta congruência com a área de formação profissional, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo dessa mesma área.

5.3.1 TABELA DA MATRIZ CURRICULAR

Abaixo consta a matriz curricular bem como tabela resumo da carga horária do curso.

Tabela 2: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares

Código	Componente Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária			
			Total	Teórica	Prática	Nº Aulas
1º semestre						
COSPR0119	Fundamentos da Administração	3	45	35	10	54
COSPR1019	Direito Administrativo	2	30	30	-	36

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

COSPR0319	Educação, Sociedade e Trabalho	3	45	45	-	54
COSPR0419	Matemática Aplicada	4	60	50	10	72
COSPR0519	Português Instrumental	4	60	60	-	72
COSPR0619	Fundamentos da Educação Inclusiva	4	60	40	20	72
Carga horária total		20	300	260	40	360
2º semestre						
COSPR0919	Informática Básica	4	60	30	30	72
COSPR1919	Legislação Protetiva Especial	3	45	30	15	54
COSPR0819	Ética	2	30	30	-	36
COSPR1119	Psicologia da Educação	3	45	30	15	54
COSPR1219	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	2	30	15	15	36
COSPR1319	Metodologia Científica	3	45	30	15	54
COSPR1419	Legislação Educacional e Educação Básica	3	45	45	-	54
Carga horária total		20	300	210	90	360
3º semestre						
COSPR0219	Libras I	4	60	30	30	72
COSPR1819	Estatística Aplicada à Educação	3	45	35	10	54
COSPR2019	Gestão Escolar Democrática e Participativa	4	60	45	15	72
COSPR2119	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	3	45	45	-	54
COSPR2219	Laboratório de Informática	4	60	45	15	72
COSPR0719	Prática Profissional I	4	50	-	50	60
Carga horária total		22	320	200	120	384
4º semestre						
COSPR2519	Gestão de Documentos e Registro Escolar	2	30	20	10	36
COSPR2619	Gestão de Processos e Fluxos Escolares	2	30	20	10	36
COSPR1519	Libras II	4	60	30	30	72
COSPR2719	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	4	60	50	10	72
COSPR2919	Contabilidade Geral e Escolar	3	45	30	15	54
COSPR3119	Direito do Trabalho	2	30	30	-	36
COSPR3019	Fundamentos da Gestão de Pessoas	3	45	45	-	54
COSPR1619	Prática Profissional II	4	50	-	50	60
Carga horária total		24	350	225	125	420
5º semestre						
COSPR3319	Política de Alimentação Escolar	3	45	45	-	54



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



COSPR4719	Licitações e Contratos Administrativos	2	30	20	10	36
COSPR3419	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	3	45	30	15	54
COSPR4319	Educação e Gestão Ambiental Escolar	3	45	30	15	54
COSPR3919	Manutenção da Infraestrutura	4	60	45	15	72
COSPR2419	Prática Profissional III	4	50	-	50	60
	Disciplina Optativa	3	45	45	-	54
Carga horária total		22	320	215	105	384
6º semestre						
COSPR4419	Planejamento e Organização de Cantinas	3	45	30	15	54
COSPR4519	Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura	3	45	30	15	54
COSPR3719	Tecnologias, Laboratório de Multimeios e o Contexto Escolar	4	60	40	20	72
COSPR3619	Laboratório de Ciências	4	60	40	20	72
COSPR2319	Empreendedorismo e Inovação	3	45	30	15	54
COSPR3819	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	2	30	15	15	36
COSPR3219	Prática Profissional IV	4	50	-	50	60
Carga horária total		23	335	185	150	402

Tabela 3: Disciplinas optativas do curso

Código	Componente Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária			
			Total	Teórica	Prática	h/a
COSPR4919	Inglês Instrumental	3	45	45	-	54
COSBI2017-60	Educação no campo	3	45	45	-	54
COSPR5119	Planejamento, Implementação e Gestão em Educação à Distância	3	45	30	15	54
COSBI2017-59	Educação e Sexualidade	3	45	45	-	54
COSPR5319	Espanhol Instrumental	3	45	45	-	54

Tabela 4: Resumo da carga horária do curso

Carga Horária Teórica Total	1250
Carga Horária Prática Total	630
Disciplina optativa	45
Atividades Complementares	180
TOTAL GERAL	2105

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

5.4 REQUISITOS LEGAIS

Os conteúdos de natureza especial como Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável, Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e atendimento a pessoas com deficiência, previstos em legislação própria, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme definido abaixo:

- **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CNE/CP nº 8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012** - O curso contempla o tema de forma transversal na ementa da disciplina: Fundamentos da Educação Inclusiva, nas categorias das deficiências, tais como: Cegueira, Autismo, Surdez, síndromes e transtornos em uma perspectiva inclusiva, na disciplina de Legislação Protetiva Especial de forma aprofundada e na Prática Profissional I, de forma integradora.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CES/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004** - estão presentes em conteúdos aprofundados nas disciplinas “Educação, Sociedade e Trabalho” (Conteúdo: “Educação escolar e a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira contemporânea”), Ética (Conteúdos: “Liberdade e Responsabilidade”), e na disciplina de Prática Profissional I. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Indígena (NEABI), criado pela Resolução nº. 096 de 18 de dezembro de 2015, que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

- **Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012** – As temáticas são norteadoras para a formação dos profissionais na atualidade e estão presentes como componente curricular específico na disciplina “Educação e Gestão Ambiental Escolar”, nas atividades desenvolvidas na Prática Profissional III, bem como também em atividades desenvolvidas no âmbito do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, sempre focalizando a aplicabilidade das questões ambientais no ambiente escolar.
- **Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa nº10, de 12/11/2012** - O curso contempla o tema nas ementas das disciplinas: Educação e Gestão Ambiental Escolar de forma aprofundada e na disciplina de Empreendedorismo e Inovação (Gestão e sobrevivência de novos empreendimentos), assim como de forma interdisciplinar na disciplina de Prática Profissional III.

O cumprimento dos requisitos legais ocorrerá, também, através da realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão, devidamente aprovados no Colegiado do curso, tais como: Seminários, simpósios, palestras, minicursos, oficinas, atividades interdisciplinares, entre outros. Adicionalmente, são desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), sendo esse regulamentado pela Resolução CONSU/IFAC nº 053/2015.

5.5 METODOLOGIA

A metodologia adotada no Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares considera o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2011; FRIGOTTO, 1997), objetivando superar a tradicional e preconceituosa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, objetivando a formação de profissionais capazes de atuar democraticamente como cidadãos. Para tanto é preciso, como está definido no inciso IV do art.35 da LDB, propiciar aos alunos a compreensão dos fundamentos científicos – tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Assim, tomando o trabalho como princípio educativo, a presente proposta possibilita a construção de uma práxis ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, desenvolvendo a capacidade de integrar teoria e prática, a fim de superar conhecimentos fragmentados (LIBANÊO, 2006; MIZUKAMI, 1986; SAVIANI, 1999).

Ao longo da formação é importante a problematização, a indagação e a dúvida, como abordagens motivadoras e essenciais para o ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento de independência intelectual dos estudantes e para a busca de atualização e aperfeiçoamento, aproximando as reflexões teóricas das atividades práticas.

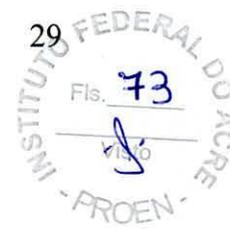
Desta forma, a metodologia considera a observação e a reflexão como fatores fundamentais para a compreensão da realidade e implicam aprofundamento e ampliação da articulação entre teoria e prática, contribuindo para a integralização das atividades acadêmicas e para a produção do conhecimento nas distintas áreas.

As inovações tecnológicas inserem-se à metodologia enquanto suportes estratégicos à aprendizagem discente e à produção científica. Os conhecimentos práticos, as competências e as habilidades desenvolvidas para o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender fazer e o aprender a conviver, são elementos necessários à formação e fazem parte do perfil do egresso.

Nesta perspectiva a metodologia pressupõe a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular, o envolvimento dos alunos, em processos de construção de conhecimentos a partir da vida real, buscando constantemente a atualização e a inovação, de forma a atender e antecipar as demandas sociais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

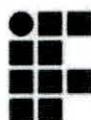


Considerando os arts. 124 a 135, da Organização Didático-Pedagógica do IFAC (Resolução nº 02, de 15 de janeiro de 2018), as avaliações devem ter por finalidade promover a melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo ensino-aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente. Assim, são respeitando a igualdade e atendendo aos conteúdos vivenciados nas disciplinas.

Serão considerados como critérios de avaliação do desempenho escolar:

- Domínio de conhecimentos (assimilação e utilização de conhecimentos na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e interpretação de diferentes situações problemas);
- Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, cumprimento das atividades individuais e em grupo, externas e internas à sala de aula);
- Criatividade;
- Autoavaliação (forma de expressão do autoconhecimento do discente acerca do processo do estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades enfrentadas tendo por base os incisos I, II e III);
- Análise do desenvolvimento integral do discente no período letivo.
- Outras observações registradas pelos docentes;

Considerando o trabalho como princípio educativo, a avaliação tende a ser contínua, no decorrer das atividades, analisando os questionamentos, intervenções e formação dos conceitos. Logo, pressupõe nova postura em relação à apropriação dos conteúdos, no que se refere à superação de um novo equilíbrio entre atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente, substituindo o saber fazer pela compreensão dos processos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

5.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A matriz curricular inclui atividades complementares relacionadas ao perfil de formação, que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante, incluindo aquelas adquiridas fora do ambiente acadêmico, desde que comprovadas, como encontros, palestras, exposições, concursos, seminários internos ou externos à instituição ou outra atividade aqui não prevista, mas reconhecida e regulamentada por resolução específica.

De acordo com o Parecer CNE/CES Nº: 239/2008 a inclusão das atividades complementares nos cursos de graduação “foi motivada pela necessidade de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho”.

Trata-se, portanto, de atividades enriquecedoras que permitem a cultura da educação continuada, imprimindo a visão da necessidade de atualização permanente no processo de formação acadêmica e profissional. As atividades complementares devem permear todos os aspectos da formação do estudante de forma inter, multi e trans disciplinar, promovendo o conhecimento significativo e ampliando a visão de mundo dos graduandos.

Sobre a regulamentação das atividades complementares nos cursos de Tecnologia, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 239/2008 esclarece que:

Na medida em que os cursos superiores de tecnologia, a exemplo dos cursos de bacharelado e de licenciatura, se enquadram na modalidade de cursos superiores de graduação – e se no caso daqueles as atividades complementares são parte integrantes do projeto pedagógico, e assim computadas na carga horária mínima exigida –, o mesmo tratamento pode ser aplicado a estes, por isonomia.

O Parecer CNE/CES nº 8/2007, em seu Art. 1º, institui as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e estabelece, em seu parágrafo único, que os estágios e as atividades complementares dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

A Resolução CONSU/IFAC nº 025/2015, de 19 de março de 2015, dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. De acordo com a supracitada resolução, poderão ser validadas como Atividades Complementares: a) atividades de complementação da formação social, humana, ética e cultural; b) atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; c) atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional. Estas atividades podem ser realizadas desde o primeiro semestre de matrícula no curso.

Para inclusão das atividades complementares como integrantes do currículo do curso de Tecnologia em Processos Escolares, as mesmas serão computadas como carga horária, distribuídas de acordo com o evento acadêmico, totalizando 180 horas. As atividades serão distribuídas no decorrer do curso, devendo o aluno cumprir, preferencialmente, 30 horas por semestre. Os discentes têm oportunidade de acompanhar as atividades realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores. E os discentes também podem acompanhar as atividades desenvolvidas pelos professores ligados ao curso, ou seja, projetos de extensão, atividades diversas de pesquisas individuais ou em grupos.

Tabela 5: Atividades Complementares Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares

ATIVIDADE	C.H. máxima
Palestras.	30h
Participação em conferências, congresso ou seminário, na área do curso ou afim.	50h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Participação em curso (presencial ou EAD) de extensão na área de formação ou afim.	150h
Exposição de trabalhos em eventos ou publicação de trabalhos em anais na área do curso.	30h
Publicações de trabalhos em revista ou periódicos na área do curso ou afim.	30h
Co-autoria de capítulos de livros na área do curso ou afim.	30h
Participação em projeto de pesquisa e/ou extensão (como bolsista ou voluntário na área do curso) por período médio de 01(um) ano.	200h
Desenvolvimento de monitoria (como bolsista ou voluntário na área do curso) por semestre.	100h
Realização de estágio não obrigatório na área do curso ou afim (carga horária total do estágio realizado pelo aluno).	200h
Participação em/ou desenvolvimento de outras atividades específicas do curso.	75h
Trabalho voluntário em Instituições legalmente constituídas (horas trabalhadas)	200h

Os procedimentos para cômputo da carga horária das Atividades Complementares serão realizados no decorrer do curso, sendo acompanhado e validado pelo Colegiado do Curso. O estudante, por meio de formulário próprio, apresentará à coordenação de curso, relatório com documentação comprobatória de cumprimento das atividades (original e cópia).

A conclusão do Curso de Tecnologia em Processos Escolares do IFAC estará condicionada ao cumprimento integral da carga horária das atividades complementares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



5.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é parte do currículo do Tecnólogo em Processos Escolares a despeito desta destacamos algumas orientações legais nacionais e pareceres institucionais:

Considerando o Parecer CNE/CEB nº 35/2003 que, nos apresenta o seguinte conceito sobre prática profissional, estabelecendo uma relação:

Na educação profissional, embora óbvio, deve ser repetido que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional. Daí, que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendido.

Nesse sentido, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo (BRASIL, 2003, p. 28)

Considerando a Resolução CONSU/ IFAC nº 163/2013, nos respectivos artigos abaixo mencionados:

Art. 103. A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

Art. 104. Integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio, bem como dos cursos superiores, prevista no Projeto Pedagógico de Curso.

Nesses termos, a prática profissional é componente obrigatório da organização curricular do curso de Tecnologia em Processos Escolares, sendo organizada de duas maneiras. Em disciplinas de cunho mais teórico, a prática profissional ocorrerá diluída nas disciplinas, havendo, portanto, a definição de carga horária de cunho teórico e prático. Nos semestres 3º a 6º, a prática profissional se apresenta também em forma de componente curricular específico orientado, por considerar-se a necessidade de vivência, por parte do estudante, em diversos espaços escolares, afim de que estes possam associar teoria à prática.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Desta forma, as duas maneiras de desenvolvimento da prática profissional, devem ser trabalhadas considerando as propostas especificadas abaixo:

- Atividades simuladas, podendo ocorrer a partir do uso de metodologias de resolução de caso ou em ambientes da Instituição de Ensino.
- Desenvolvimento de pesquisas em unidades de ensino que resultem em Relatórios ou Seminários de Prática Profissionais orais ou escritos;
- Elaboração de Projetos/Propostas de intervenção para otimizar o funcionamento, utilização e adequação de equipamentos e espaços escolares (cantina, refeitório, salas de leitura/biblioteca, laboratórios, sala de multimeios e lazer), bem como propostas que atendam as demandas da escola e/ou pessoas com necessidades especiais.

Vale ressaltar que a prática profissional como componente curricular orientado deverá ser coordenada por até três docentes. Nesses termos, os docentes serão responsáveis por organizar o planejamento das atividades, buscando a integração com o conjunto de componentes curriculares que integram cada prática profissional, constante na tabela 06, atendendo a carga horária prevista de 50 horas por semestre e 200 (duzentas) horas ao final do curso.

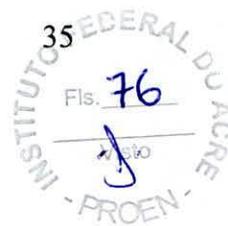
Tabela 6: Disciplinas envolvidas nas Práticas Profissionais.

Disciplina	Disciplinas envolvidas
Prática Profissional I	<ul style="list-style-type: none">• Legislação Educacional e Educação Básica;• Gestão Escolar Democrática e Participativa;• Políticas Educacionais e Financiamento da Educação;• Fundamentos da educação inclusiva.
Prática Profissional II	<ul style="list-style-type: none">• Direito do Trabalho;• Fundamentos da Gestão de Pessoas;• Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



	<ul style="list-style-type: none">• Contabilidade Geral e Escolar;• Gestão de Documentos e Registro Escolar;• Gestão de Processos e Fluxos Escolares.
Prática Profissional III	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção da Infraestrutura;• Educação e Gestão Ambiental Escolar;• Segurança e Higiene no Ambiente Escolar;• Licitações e Contratos Administrativos.
Prática profissional IV	<ul style="list-style-type: none">• Laboratório de Ciências;• Planejamento e Organização de Cantinas;• Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura;• Novas Tecnologias, Laboratório de Multimeios e o Contexto Escolar;• Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar.

Os componentes curriculares de Prática Profissional do currículo do curso de Tecnologia em Processos Escolares foram planejados de forma a integrar o currículo em sentido horizontal e vertical, desenvolvendo atividades com nível de complexidade crescente ao longo do curso.

5.8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Organização Didática Pedagógica – ODP, institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE, por curso de graduação e a Resolução nº 089/2015 – CONSU/IFAC trata das atribuições do Núcleo Docente Estruturante que será constituído por no mínimo 05 (cinco) professores titulares e 02 (dois) suplentes, pertencentes ao corpo docente do curso e escolhidos pelo Colegiado do Curso, dentre os quais, o (a) coordenador (a) do curso, que será membro nato. O NDE é um órgão consultivo, propositivo e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica, vinculado ao Colegiado de cada Curso Superior, sendo responsável pela concepção,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

implantação, consolidação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação do IFAC.

Conforme Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, Art. 2º, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

5.9 COLEGIADO DE CURSO

Os Colegiados dos Cursos Superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC são regulamentados pela Resolução CONSU/IFAC n° 024/2015, sendo estes órgãos primários de função consultiva, normativa, deliberativa e de assessoramento acadêmico para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão. Assim, compete ao Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Matemática:

1. Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito de cada curso em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
2. Analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, apresentada por docentes ou estudantes, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



3. Propor a realização de atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e técnico no âmbito do curso;
4. Acompanhar e avaliar as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários a sua constante melhoria;
5. Propor e avaliar a relevância dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso de acordo com o seu Projeto Pedagógico;
6. Analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;
7. Fazer cumprir a Organização Didático-Pedagógica do IFAC, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;

5.10 APOIO AO DISCENTE

O curso foi estruturado de forma a proporcionar saberes e práticas voltadas para a profissionalização e para a construção da identidade do Tecnólogo em Processos Escolares. Considera a prática social concreta da profissão, contextualizada ao longo do processo formativo. O caráter multidisciplinar estimula às atividades que socializam o conhecimento produzido pelo corpo docente e discente, afirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além das atividades complementares e participação em eventos acadêmicos científicos e culturais. Todas estas atividades são concebidas enquanto políticas pelas Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação e Pró-reitoria de Extensão e operacionalizadas, diretamente, pelo *campus* Rio Branco e Coordenação do Curso, considerando a execução de diferentes programas ou projetos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

5.10.1 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (PROINP)

Os discentes são estimulados a participação em pesquisas básicas e aplicadas, financiadas através de editais com recursos próprios e/ou de parceiros externos, tais como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico ou Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre (FAPAC) e outras instituições de amparo à pesquisa. A divulgação dos editais (Programas de Iniciação a Pesquisa Científica – PIBIC) disponíveis é realizada no site da instituição, sendo maiores orientações fornecidas na Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (COPIP/*campus* Rio Branco), tais como indicação de possíveis orientadores, inserção em grupos de pesquisa, disponibilização de documentos ou orientações mais pontuais sobre os editais, especialmente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-IFAC e PIBIC/IFAC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq-IFAC e PIBITI/IFAC).

Ademais, serviços de orientação sobre certificação e patentes são acessíveis aos alunos no que se refere à Inovação, bem como existe uma preocupação com o itinerário formativo dos alunos, mediante proposições de programas de pós-graduação, como a Especialização em Educação Profissional Científica e Tecnológica.

5.10.2 PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

Na Pró-reitoria de Ensino, os discentes recebem apoio essencial no que se refere a normatização e divulgação da Organização Didático Pedagógica, regulamentada pela Resolução nº162/2013 – CONSU/IFAC e facilitada aos alunos através do Manual do Aluno disponibilizado pelo *campus* aos alunos, de forma impressa e/ou digital.

Além destas, são operacionalizadas no *campus* as políticas de monitoria, através da Resolução nº 090/2015 – CONSU/IFAC, atendimento aos alunos pelos docentes em horário extraclasse, como previsto na Resolução nº 001/2015 – CONSU/IFAC, que trata da carga horária docente na Instituição e o Programa de Iniciação à Docência (PIBID),





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



sendo este último financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com disposição de coordenação na Pró-reitoria.

5.10.3 ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em cumprimento às legislações específicas e observando o disposto na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), o IFAC garante atendimento especializado as pessoas com deficiências, resguardando-lhes seus direitos pertinentes à educação, através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, sendo este regulamentado internamente pela Resolução nº 145/2013 CONSU/IFAC.

5.10.4. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)

A Pró-reitoria de Extensão é regulada pela Resolução nº 123/2013 CONSU/IFAC, alterada pela Resolução nº 198/2014 CONSU/IFAC. Divulga, promove, fomenta e estimula a participação dos discentes em atividades técnico-científicas, artísticas, culturais e esportivas, quer sejam ofertadas na modalidade de programas ou de projetos de natureza mais específica pela própria instituição ou por instituições externas. A divulgação dos Editais é realizada no site da instituição, sendo maiores orientações fornecidas na Coordenação de Extensão (COEXT/*campus* Rio Branco), tais como indicação de possíveis orientadores, disponibilização de documentos ou orientações mais pontuais sobre os editais, especialmente: a) Programa de Extensão Universitária (ProExt/MEC); b) Programa de Extensão (PROEX/IFAC); c) Programas de Mobilidade acadêmica (nacional e internacional);

5.10.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal. Para tanto, objetiva democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

No IFAC esta política é regulamentada pela Resolução nº 033/2015 – CONSU/IFAC, sendo implementada pela Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil e a Coordenação de Assistência Estudantil do *campus*, de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes.

6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS

Será concedido ao aluno o direito de aproveitamento de estudos concluídos com êxito, em nível de ensino equivalente, conforme estabelecido na Organização Didático-Pedagógica-ODP, Resolução CONSU nº 02 de 15 de janeiro de 2018.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho escolar será feita nos termos da Resolução 002/2018 que dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica do IFAC, de forma processual, verificando o desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos ao longo do processo de aprendizagem.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, atividades práticas e a autoavaliação. Nessa perspectiva, a avaliação deverá contemplar os seguintes critérios:

- Domínio de conhecimentos (assimilação e utilização de conhecimentos na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



interpretação de diferentes situações problemas).

- Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, cumprimento das atividades individuais e em grupo, externas e internas à sala de aula).
- Criatividade.
- Autoavaliação (forma de expressão do autoconhecimento do discente acerca do processo do estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades enfrentadas tendo por base os incisos I, II e III).
- Análise do desenvolvimento integral do discente no período letivo.

Outras observações registradas pelos docentes.

A avaliação do desempenho escolar será feita nos termos da Organização Didática Pedagógica do IFAC, de forma processual, verificando o desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos ao longo do processo de aprendizagem.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupos, testes, provas, atividades práticas e a autoavaliação. Nessa perspectiva, a avaliação deverá contemplar os seguintes critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente entre professor e aluno;
- Utilização funcional do conhecimento.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico e as condições de aprovação e reprovação dos estudantes seguirão a normatização da Organização Didática Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Devendo as médias parciais serem semestrais e obtidas por meio de aritméticas simples, registradas nos diários de classe juntamente com a frequência escolar e lançadas no

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

sistema escola obrigatoriamente após o fechamento do período letivo, observando o calendário acadêmico, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$\text{Média Parcial} = \frac{(N1+N2+\dots+Nn)}{n}$$

Legenda:

N1 = Avaliação Obrigatório

N2 = Avaliação Obrigatória

Nn = Outras avaliações

n = Quantidade de Avaliações.

Deverão ainda, ser utilizados, em cada semestre, por disciplina, no mínimo dois instrumentos de avaliação. Os instrumentos de avaliação, bem como os pesos atribuídos a cada um deles deverão ser divulgados pelo professor no início do respectivo período letivo.

Submeter-se-á a avaliação final da disciplina o discente que apresentar frequência mínima de 75% da carga horária total prevista para a disciplina e obtiver média parcial inferior a 7,0 (sete) e diferente de 0,0 (zero). A avaliação final poderá ser escrita ou prática, abordando os conhecimentos trabalhados na respectiva disciplina durante o período letivo.

Em casos excepcionais, a avaliação final poderá ser aplicada independente do período previsto no Calendário Acadêmico, mediante aprovação da coordenação decurso e comunicação prévia aos (as) estudantes. O discente submetido à avaliação final será considerado aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

A média final será obtida por meio da expressão abaixo:

$$\text{Média Final} = \frac{(\text{Média Parcial} + \text{Avaliação Final})}{2}$$



8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – (SINAES - Lei 10.861, de 14 de abril de 2004), o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES normatiza a avaliação da educação superior a partir de três perspectivas: Avaliação de Desempenho dos Estudantes, realizada através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação; Avaliação Externa de Cursos Superiores e Instituições, sendo que esta tem como objetivo verificar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, além de objetivar o ato avaliativo das condições para a oferta de ensino superior, resultando em situações de credenciamento ou credenciamento para a oferta de ensino superior; Autoavaliação Institucional, realizada institucionalmente, no âmbito da CPA (Comissão Própria de Avaliação) com vistas a analisar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. O resultado de qualidade insuficiente deixará a instituição sujeita às medidas de regulação e supervisão no âmbito do Ministério da Educação.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e das autoavaliações institucionais devem ser utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso em conjunto com a Direção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas.

Assim, o “Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares”, ciente da necessidade de constante aperfeiçoamento e aprimoramento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotará práticas de autoavaliação como instrumentos da melhoria da oferta de serviços para os educandos. Neste contexto, serão levadas em consideração as percepções do colegiado do curso, da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

Os aspectos negativos levantados deverão ser trabalhados nas seguintes etapas:

- Reuniões de colegiado do curso para planejamento semestral;
- Reuniões para levantamento das potencialidades e fragilidades do curso incluindo todos os dados coletados pelo próprio curso e pelo INEP;
- Reuniões entre colegiado de curso e o Núcleo Docente Estruturante para levantamento dos indicadores que deverão ser reestruturados em seus componentes curriculares;
- A partir do sistema de avaliação institucional interna e externa, promover reuniões colegiadas para o levantamento de variáveis e indicadores;
- Desenvolver a avaliação dos planos de ensino com o intuito de melhorar e inovar permanentemente as ações pedagógicas;

Este processo que envolve reuniões de trabalho e atividades diversas será realizado durante o semestre letivo, e o cronograma deverá ser estabelecido no início de cada semestre, previsto em calendário acadêmico, entretanto, poderá ocorrer de maneira extraordinária quando surgirem problemas emergenciais demonstrando novos indicadores ou procedimentos no âmbito do curso.

Sendo assim, o projeto de autoavaliação adotado para o curso caracteriza-se como um processo cíclico justificável pelo seu caráter formativo e implementador de medidas concretas com o objetivo de aperfeiçoamento constante da organização didático-pedagógica, do seu corpo docente e da infraestrutura da instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



9. DIPLOMA/CERTIFICADO

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o aluno fará jus ao Diploma de Tecnólogo em Processos Escolares.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC (Campus Rio Branco) proporcionará as instalações e equipamentos abaixo relacionados para atender as exigências do Curso de Licenciatura em Matemática.

Tabela 7: Instalações

Item	INSTALAÇÕES	Quantidade
1	Salas de Aula	4
2	Biblioteca	1
3	Auditório	1
4	Laboratório de informática	5
5	Laboratório de Multimeios	1
6	Laboratório de Modelos Anatômicos	1
7	Laboratório de Microscopia	1

Tabela 8: Equipamentos

Item	EQUIPAMENTOS	Quantidade
1	Computadores dos laboratórios de informática	150

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

2	Projektor Multimídia	30
---	----------------------	----

11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Tabela 9: Pessoal Docente

NOME	FORMAÇÃO INICIAL	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alcilene Oliveira Alves	Licenciatura em História	Doutora	40h DE
Antonelli Santos Silva	Engenharia de Alimentos	Mestre	40h DE
Benedito Cláudio Belon	Engenharia Civil/Habilitação em Agrimensura	Especialista	40h DE
Cesar Gomes de Freitas	Administração e Ciências Contábeis	Doutor	40h DE
Claudia Ferreira de Almeida	Direito	Especialista	40h DE
Cledir de Araújo Amaral	Licenciatura em Educação Física	Doutor	40h DE
Francisco Bezerra de Lima Júnior	Economista	Mestre	40h DE
Francisca Iris Nunes da Silva Bezerra	Licenciado em Matemática	Mestre	40h DE
Irineide Ferraz Bezerra França	Licenciada em Ciências Biológicas	Doutora	40h DE
Josina Maria Pontes Ribeiro	Bacharel em Ciências Sociais	Doutora	40h DE
Luís Pedro de Melo Plese	Meio Ambiente	Doutor	40h DE
Maria das Graças Alves Pereira	Psicologia	Doutora	40h DE
Maria Ivanilda Souza da Silva	Licenciada em Filosofia	Mestre	40h DE
Renata Gomes de Abreu Freitas	Licenciada em Geografia	Doutora	40h DE
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	Licenciada em Pedagogia	Mestre	40h DE
Victor Antunes Vieira	Sistemas de Informação	Mestre	40h DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Tabela 10: Pessoal Técnico-Administrativo

NOME	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CARGO
Anélia de Souza Monteiro	Bacharel e Licenciada em Psicologia/ Mestre em Psicologia	40h	Psicóloga
Camila Caroline de Lima Silva	Tecnóloga em Gestão em RH/ Especialista em Educação Especial	40h	Auxiliar em Administração
Eleandro Nogueira da Silva	Bacharel em Sistemas de Informação	40h	Técnico de Tecnologia da Informação
José de Arimatéia Ferreira de Oliveira	Bacharel em Biblioteconomia/ Especialista em Literatura luso-brasileira	40h	Bibliotecário
Kênnia Rayane Leitão de Oliveira	Bacharel em Serviço Social/ Especialista em Saúde Pública	40h	Assistente Social
Raimara Neves de Souza	Licenciada em Pedagogia/ Especialista em Promoção de Igualdade Racial na Escola.	40h	Pedagoga
Maria Socorro Alves de Macedo	Licenciada em Pedagogia/ Especialista em Gestão Escolar	40h	Pedagoga
Marizete Pereira de Souza	Licenciatura e Pedagogia/Especialista em Gestão Pública e Projetos	40h	Auxiliar em Assuntos Educacionais
Júlio César Gomes de Souza Neto	Bacharel em Ciências Sociais/Habilitação em Sociologia	40h	Auxiliar em Assuntos Educacionais
Vanessa Paula Paskoali	Bacharel em Serviço Social/ Mestre em Ciências Sociais - Antropologia	40h	Assistente Social

12.REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no prometo de educação integral de trabalhadores.** Disponível





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

em:

<http://redeescoladegoverno.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%C3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf> Acesso em: 21.11.2018.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBANÊO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21. ed. São Paulo/SP: Loyola, 2006. (Coleção Educar 1).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: MEC, 2010.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: MEC, 2016.

MIZUKAMI, Maria da G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do nosso tempo: 5).

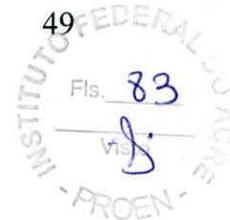
13. ANEXOS:

13.1. ANEXO I – Matriz de equivalência de disciplinas.

MATRIZ CURRICULAR 2013			MATRIZ CURRICULAR 2019		
CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H
COSPR-001	Fundamentos da Administração	45	COSPR0119	Fundamentos da Administração	45
COSPR-002	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	60	COSPR0219	Libras I	60
COSPR-003	Educação, Sociedade e Trabalho	45	COSPR0319	Educação, Sociedade e Trabalho	45
COSPR-004	Matemática Aplicada	60	COSPR0419	Matemática Aplicada	60
COSPR-005	Português Instrumental	60	COSPR0519	Português	60



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



				Instrumental	
COSPR-006	Fundamentos da Educação Inclusiva	60	COSPR0619	Fundamentos da Educação Inclusiva	60
COSPR-007	Prática Profissional I	50	COSPR0719	Prática Profissional I	50
COSPR-008	Ética, Política e Sociedade	30	COSPR0819	Ética	30
COSPR-009	Informática Básica	60	COSPR0919	Informática Básica	60
COSPR-010	Direito Administrativo	45	COSPR1019	Direito Administrativo	30
COSPR-011	Psicologia do Desenvolvimento	30	COSPR1119	Psicologia da Educação	45
COSPR-012	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	30	COSPR1219	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	30
COSPR-013	Metodologia Científica	45	COSPR1319	Metodologia Científica	45
COSPR-014	Legislação Educacional e Educação Básica	45	COSPR1419	Legislação Educacional e Educação Básica	45
COSPR-015	Língua Brasileira de Sinais - Libras II	60	COSPR1519	Libras II	60
COSPR-016	Prática Profissional II	50	COSPR1619	Prática Profissional II	50
COSPR-017	Gestão da Informação na Educação e na Escola	45			
COSPR-018	Estatística Aplicada à Educação	45	COSPR1819	Estatística Aplicada à Educação	45
COSPR-019	Direitos da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	30	COSPR1919	Legislação Protetiva Especial	45
COSPR-020	Gestão Escolar Democrática e Participativa	60	COSPR2019	Gestão Escolar Democrática e Participativa	60
COSPR-021	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	45	COSPR2119	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	45
COSPR-022	Laboratório de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica	60	COSPR2219	Laboratório de Informática	60
COSPR-023	Empreendedorismo e Inovação	45	COSPR2319	Empreendedorismo e Inovação	45
COSPR-024	Prática Profissional III	50	COSPR2419	Prática Profissional III	50

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

COSPR-025	Gestão de Documentos e Registro Escolar	30	COSPR2519	Gestão de Documentos e Registro Escolar	30
COSPR-026	Gestão de Processos e Fluxos Escolares	30	COSPR2619	Gestão de Processos e Fluxos Escolares	30
COSPR-027	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	60	COSPR2719	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	60
COSPR-028	Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares	60			
COSPR-029	Contabilidade Geral e Escolar	60	COSPR2919	Contabilidade Geral e Escolar	45
COSPR-031	Direito do Trabalho	45	COSPR3119	Direito do Trabalho	30
COSPR-032	Prática Profissional IV	50	COSPR3219	Prática Profissional IV	50
COSPR-033	Política de Alimentação Escolar	45	COSPR3319	Política de Alimentação Escolar	45
COSPR-034	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	45	COSPR3419	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	45
COSPR-035	Biblioteca Escolar: criação e gestão	30			
COSPR-036	Laboratório de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica	60	COSPR3619	Laboratório de Ciências	60
COSPR-038	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	30	COSPR3819	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	30
COSPR-039	Manutenção da Infraestrutura	60	COSPR3919	Manutenção da Infraestrutura	60
COSPR-040	Prática Profissional V	50			
COSPR-043	Educação Ambiental	60	COSPR4319	Educação e Gestão Ambiental Escolar	45
COSPR-044	Planejamento e Organização de Cantinas	45	COSPR4419	Planejamento e Organização de Cantinas	45
COSPR-045	Laboratório de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento	45	COSPR4519	Laboratório de Línguas e Salas de Leitura	45
COSPR-047	Gestão de Contratos	30	COSPR4719	Licitações e Contratos Administrativos	30



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



COSPR-048	Prática Profissional VI	50			
COSPR-042	Motivação e Liderança	45			
COSPR-041	Administração de Conflitos e Negociação	30	COSPR3019	Fundamentos da Gestão de Pessoas	45
COSPR-030	Fundamentos da Gestão de Pessoas	30			
COSPR-037	Novas Tecnologias e Contexto Escolar	45	COSPR3719	Tecnologias, Laboratório de Multimeios e o Contexto Escolar	60
COSPR-046	Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento	45			
Carga Horária total		2235	Carga Horária total		1880
		-	Carga Horária Disciplina Optativa		45
Atividades Complementares		180	Atividade Complementares		180
Carga Horária Total do PPC		2415	Carga Horária Total do PPC		2105

13.2. ANEXO II – Ementas

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Fundamentos da Administração				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	1º
Fundamentos da Administração. Funções do administrador. Escola Clássica. O Movimento das relações humanas. O Comportamentalismo. O Estruturalismo. Análise da evolução teórica e prática da administração. Teoria de sistemas e administração. Desenvolvimento organizacional. Administração por objetivos. As operações administrativas: planejamento, organização, comando, coordenação e controle.					
Bibliografias Básicas					
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da Administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
GURGEL, Claudio. Administração: elementos essenciais para a gestão das organizações . São Paulo: Atlas, 2009.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução a Administração . 8. ed. São Paulo:					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARAVANTES, Geraldo R. **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CERTO, Samuel C. **Administração moderna**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

SILVA, Adelphino Teixeira da. **Administração básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZYLBERSTZAJN, José Décio. et al. **Gestão da Qualidade no Agribusiness: estudos e casos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Direito Administrativo				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	2º
Normas Jurídicas: Conceito e Espécies. Direito Administrativo: Conceito e Princípios. Regime Jurídico Administrativo. Atividade administrativa. Administração Pública. Organização da Administração Pública: Direta e Indireta. Órgãos e Agentes Públicos. Poderes e Deveres da Administração Pública. Atos Administrativos. Controle da Administração Pública.					
Bibliografias Básicas					
ALEXANDRINO, Marcelo; VICENTE, Paulo. Direito administrativo descomplicado . 26. ed [S.l.]: Gen, 2018.					
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					
Bibliografia Complementar					
SPITZCOVSKY, Celso; LENZA, Pedro. Direito administrativo esquematizado . São					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

53



Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Educação, Sociedade e Trabalho				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	1º
Diferentes formas de organização social e a educação (formal e não formal). Educação enquanto instituição social. Educação e desenvolvimento socioeconômico. Educação e multiculturalismo. Educação e direitos humanos. Mundo do trabalho e suas metamorfoses. Movimentos sociais, educação e trabalho.					
Bibliografias Básicas					
EDUCAÇÃO e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. São Paulo: MCT Brasil - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: < http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf >. Acesso em: 14 mai. 2016.					
MARQUES, S. Sociologia da educação . São Paulo: Grupo Gen (LTC), 2012.					
SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. Sociologia do Trabalho . 3. ed. Rio Janeiro: Zahar, 2010.					
Bibliografia Complementar					
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.					
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.					
QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Horizonte: UFMG, 1995.

TOMAZI, N. D. et al. **Iniciação a Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.

ZABALA ARGÜELLES, Mariadel Carmen. **Pobreza, exclusión social y discriminación étnico - racial en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Matemática Aplicada				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	1º
Sistema de Numeração Decimal. Conjuntos Numéricos (Números Reais e suas operações). Função do 1º grau: conceitos gerais, problemas e gráficos. Sistema de Medidas: comprimento, massa e tempo. Razão e Proporção. Porcentagem. Regra de Três simples e composta. Escalas. Perímetro e Área (principais figuras planas).					
Bibliografia Básica					
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar, 9: geometria plana . 8 ed. São Paulo: Atual, 2005.					
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . São Paulo: Atual, 2011.					
SHITSUKA, Ricardo. et al. (Orgs.). Matemática fundamental para tecnologia . 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.					
Bibliografia Complementar:					
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos e funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2011.					
HARSHBARGER, Ronald J. Matemática Aplicada . 7. ed. São Paulo: McGraw, 2006.					
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.					
SILVA, S. M.; SILVA, E. M.; SILVA, E. M. Matemática Básica para cursos					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



superiores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IEZZI, Gelson. et al. **Matemática**. 5 ed. São Paulo: Atual, 2011. Vol. Único

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Português Instrumental				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	1º
Elementos da comunicação. A linguagem verbal e não verbal. Funções da linguagem. Variações Linguísticas. Padrões de textualidade. Qualidades e defeitos de um texto. Particularidades léxicas e gramaticais. Acentuação e pontuação. Leitura, interpretação de textos.					
Bibliografias Básicas					
ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência . São Paulo: Parábola Editorial, 2005.					
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.					
MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
Bibliografia Complementar					
CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jesus Barbosa. Português: literatura produção de textos & gramática . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.					
FARACO, C. A. Prática de texto para estudantes universitários . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.					
FARACO, C. A.; TEZZA C. Oficina de texto . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.					
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					
OLIVEIRA, Jorge Leite. Texto Acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica . 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES
Disciplina:	Fundamentos da Educação Inclusiva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	1º
<p>Pressupostos teóricos, históricos e epistemológicos da Educação Especial e sua relação com a Educação Inclusiva. Público alvo: concepções e características específicas de cada seguimento. Políticas públicas de educação inclusiva; Legislação Brasileira: o contexto atual. Escola com currículo inclusivo. Introdução a Tecnologia Assistiva. Perfil pedagógico do professor da Educação Inclusiva.</p>					
<p>Bibliografias Básicas</p> <p>LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PACHECO, José. et al. Caminhos para a Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>					
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva. 1. ed. Rio de Janeiro: PP&A, 2003.</p> <p>GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por que? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. [S.l.]: WVA, 2010.</p> <p>STAINBACK, Susan. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Informática Básica				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	2º
Histórico da computação e informática. Conceitos básicos de Sistemas Operacionais.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Instalação de aplicativos. Conceitos básicos de redes de computadores. Computação em nuvem.

Bibliografias Básicas

VELOSO, F. C. **Informática**: conceitos básicos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KUROSE, James F. **Rede de computadores e a internet**. São Paulo: Addison Wesley, 2010.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática - terminologia**: Microsoft Windows 8, Internet, Segurança, Microsoft Office Word 2010 e Excel 2010. São Paulo: Érica, 2012.

Bibliografia Complementar

TELLES, Reynaldo. **Descomplicando o Windows 7 e o Microsoft Office 2007 e 2010 para Concursos**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2013.

MANZANO, José Augusto N. G. **BrOffice.Org 3.2.1**: guia prático de aplicações. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

NEMETH, Evi. **Manual completo do Linux**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Legislação Protetiva Especial				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	2º
Estatuto da criança e do adolescente: Conceitos. Direitos fundamentais. Prevenção Medidas de proteção. Crimes e infrações aplicáveis a estabelecimentos de ensino. Estatuto da Juventude: Direitos e políticas públicas da juventude. Estatuto do Idoso: Conceitos. Direitos fundamentais. Medidas de proteção. Políticas de atendimento. Crimes e infrações aplicáveis a estabelecimentos de ensino. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Conceitos e princípios. Igualdade e não discriminação. Direitos fundamentais. Acessibilidade. Ciência e tecnologia.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Bibliografias Básicas

BARBOZA, Heloísa Helena; ALMEIDA, Vitor. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência à luz da Constituição da República**. São Paulo: Forum, 2018.

CUNHA, Rogerio Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo;, ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo**. 10. ed. [S.l. : s.n], 2018.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012

RANGEL, Fabiana Mendes. **Estatuto da criança e do adolescente: informações adicionais e comentários**. São Paulo: Cultural Brasil (Livro Digital), 2018.

RANGEL, Fabiana Mendes. **Estatuto do idoso: informações adicionais e comentários**. São Paulo: Cultural Brasil, 2018.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. et al. **Comentários ao estatuto do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2016.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. et al. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência - Lei nº 13.146/2015**. São Paulo: Saraiva, 2018.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Ética				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	2º
Conceito de Ética e de Moral. A origem da ética como ciência. Diferenças e semelhanças entre Moral e Direito. As várias concepções éticas. Liberdade e Responsabilidade. Ética e Política. Ética Profissional.					
Bibliografias Básicas					
ALONSO, Augusto H. Ética das profissões . São Paulo: Edições Loyola, 2006.					
GALLO, Silvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia . São Paulo: Papyrus, 1997.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



VÁSQUEZ, A.S. **Ética**. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres através da história**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Herbert de. **Ética e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SUNG, Jung Mo. **Conversando sobre ética e sociedade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Psicologia da Educação				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	2°
Aspectos históricos e principais teorias da psicologia aplicadas à educação. Os Processos psicológicos da aprendizagem Reflexão sobre temas contemporâneos do campo da Educação. A produção social do fracasso escolar. Queixa escolar e encaminhamentos. Atuação em equipe multidisciplinar.					
Bibliografias Básicas					
BIAGGIO, Angela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.					
DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (org.). Psicologia escolar: saúde e qualidade de vida . 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.					
PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.					
Bibliografia Complementar					
BALBINO, Vivina do C. Rios. Psicologia e psicologia escolar no Brasil: formação acadêmica, práxis e compromisso com as demandas sociais . São Paulo: Summus, 2008.					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SKIMMER, Freud. et al. **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2014.

SOUZA, Beatriz de Paula. **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

VIGOSTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais				
Pré-requisito:		Carga horária:	30h	Período Letivo:	2º
Textos dissertativos, descritivos e narrativos: estrutura e características. Leitura crítica e analítica de textos técnicos e oficiais. Pronome de tratamento. Planejamento e produção de textos oficiais: Carta Administrativa, Relatórios, Circular, Memorando, Ata, Atestado, Regulamento e Estatuto, Convocação, Aviso, Bilhete, Ordem de serviço, Ofício, Procuração, Requerimento, Declaração, Edital, Recibo etc.					
Bibliografias Básicas					
FERREIRA, Reinaldo Mathias. Correspondência comercial e oficial : com técnicas de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 1997.					
GOLD, Miriam. Redação empresarial . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.					
MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
Bibliografia Complementar					
BLIKSTEIN, Isidoro. Técnicas de comunicação escrita . 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.					
MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
RODRIGUEZ, Manuela M. Manual de modelos de cartas comerciais . 12. ed. São					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Paulo: Atlas, 2010.

TERRA, Ernani. **Curso de gramática**. São Paulo: Scipione, 1986.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Metodologia Científica				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	2°
Tipos de conhecimento, noções epistemológicas e conhecimento científico; Fundamentos da Metodologia Científica; Comunicação Científica; Organização de texto científico (ABNT); Métodos e técnicas de pesquisa; Utilização de bases de dados eletrônicas; Projeto de Pesquisa. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos.					
Bibliografias Básicas					
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.					
Bibliografia Complementar					
ABRAHAMSOHN, Paulo. Redação científica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.					
CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.					
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.					
MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.					
RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES
--------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Disciplina:	Legislação Educacional e Educação Básica				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	2º
Fundamentos legais da educação: Constituição Federal de 1988, Lei de diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de educação, Lei do FUNDEB. A estrutura e organização da educação básica segundo a legislação: conceito, fins, princípios, atribuições/responsabilidades, níveis e modalidades.					
Bibliografias Básicas					
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil : leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. ISBN: 9788532619662.					
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza. Educação escolar : políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.					
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação : LDB trajetória, princípios e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 2011.					
Bibliografia Complementar					
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias : o novo ritmo da informação. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
MANACORDA, Mario Alighieiro. História da educação : da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.					
MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação : desafios contemporâneos. 10. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.					
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira : a organização escolar. 21. ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Libras I				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	3º
Educação dos surdos: aspectos históricos e institucionais. Utilização instrumental da					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos universais linguísticos e da gramática da Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras. Libras e Língua portuguesa como primeira e segunda língua.

Bibliografias Básicas

MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A. (org.). **Educação para surdos: práticas e perspectivas II**. São Paulo: Grupo Gen, 2011.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. São Paulo: Artmed, 2011.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artemed, 2004.

Bibliografia Complementar

ACRE. **Lei n.º 1.487, de 24 de janeiro de 2003**. Institui a Língua Brasileira de Sinais – Libras no Estado do Acre e dá outras providências. Rio Branco, AC. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1487.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2016

WITKOSKI, S. A.; FILIETAZ, M. R. P. (Org.). **Educação de surdos em debate**. 1. ed. Curitiba: UTFPR, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4482787-Educacao-de-surdos-em-debate.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

_____. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 22 de nov. 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

NASCIMENTO, S. P. F.; NASCIMENTO, C. B. **Introdução aos Estudos Linguísticos:** língua de sinais brasileira e língua portuguesa em foco. 2. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2010.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Estatística Aplicada à Educação				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	3º
<p>Importância da Estatística na pesquisa científica. A estatística como instrumento de pesquisa educacional. População e Amostra. Levantamento de dados. Apresentação dos dados. Série Estatística. Distribuição de Frequência. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão.</p> <p>Bibliografias Básicas</p> <p>COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 3. ed. São Paulo: Bluncher, 2002.</p> <p>FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SPIEGEL, Murray R. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>COSTA, Sergio Francisco. Introdução ilustrada a estatística. 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.</p> <p>MORETTIN, Pedro A. Análise de séries temporais. 2. ed. São Paulo: Bluncher, 2006.</p> <p>VIEIRA, Sonia. Estatística básica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e estatística. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p>					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Gestão Escolar Democrática e Participativa				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	3º
<p>Conceito de gestão. Visão geral de currículo escolar: conceito, fins e objetivos.</p>					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Fundamentos legais da gestão escolar democrática. A gestão participativa e o papel da comunidade na construção do currículo da escola. Mecanismos para a gestão democrática participativa. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes para a gestão e a organização da escola.

Bibliografias Básicas

COLOMBO, Sônia Simões. **Gestão Educacional**: uma nova visão. São Paulo: Artmed, 2007.

FARIA, José Henrique. **Gestão Participativa**: relações de poder e trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Naura S. Capareto (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

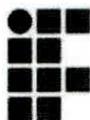
HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão Educacional**: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positiva, 2009.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	3º
Histórico da Educação no Brasil: reformas educacionais, impactos e desafios. Influências dos Organismos multilaterais na política educacional brasileira. Financiamento da educação: vinculação de recursos, elaboração e execução orçamentária dada pela CF/88,					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

LDB/1996, Plano Nacional de Educação e PELA Lei do FUNDEB. Programas governamentais para suplementação dos sistemas de ensino e a função redistributiva e supletiva. A relação da educação básica com o custo-aluno- qualidade (CAQ).

Bibliografias Básicas

GENTILI, P.; SILVA, Tomás T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOMMASI, de Livia (Org.). **Banco mundial e as políticas educacionais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Malu (Org.). **Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além de mercadorização do conhecimento**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Laboratório de Informática				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	3º
Softwares educacionais. Ergonomia. Acessibilidade. Estudo de Mercado de Equipamentos de Informática. Manutenção preventiva e corretiva de computadores. Normas e procedimentos de uso de laboratório de informática. Projeto de criação de Laboratório de Informática.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Bibliografias Básicas

SILVA, Mário Gomes. **Informática básica**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009.
VELOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
SILVA, Mário Gomes da. **Informática - terminologia: Microsoft Windows 8, Internet, Segurança, Microsoft Office Word 2010 e Excel 2010**. São Paulo: Érica, 2012.

Bibliografia Complementar

DEBATIN NETO, Arnaldo; GÓMEZ, Luis Alberto; SOUZA, Antônio Carlos de. **Desenhando com o Google SketchUp**. Florianópolis: Visual Books, 2010.
SILVA, Alexandre. **Ergonomia: interpretando a NR 17**. 2. ed. São Paulo: LTR Editora, 2016.
MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.
BARBOSA, A. C.; Gomes, A. S. **Conheça e utilize software educativo: avaliação e planejamento para a educação básica**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2015.
BRASIL. Instituto de Tecnologia Social. **Tecnologia assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência**. São Paulo: Microsoft Educação, 2008.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Prática Profissional I				
Pré-requisito:		Carga horária:	50 h	Período Letivo:	3º
Elaboração de diagnósticos referente a organização e gestão educacional em unidades de ensino de diferentes redes (pública e privada), seguimentos, localizações e vocações utilizando-se para análise os parâmetros da gestão escolar democrática, participativa e inclusiva.					
Bibliografias Básicas					
COLOMBO, Sônia Simões. Gestão educacional: uma nova visão . São Paulo: Artmed, 2007.					
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . Goiânia: Alternativa,					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

2001.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Papirus, 2013.

ENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FARIA, José Henrique. **Gestão participativa: relações de poder e trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Gestão de Documentos e Registro Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	4º
Princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos e produção de documentos e certificações nas escolas. Gestão da Informação na Educação.					
Bibliografias Básicas					
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental : Rio de Janeiro: FGV, 2012.					
GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo . São Paulo: AAB/SP, 1998. ISBN: 8586726052.					
VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima. VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). A					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. ISBN: 8574961523.

Bibliografia Complementar

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005. ISBN: 8522505039.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói/São Carlos: EdUFF et EDUFSCar, 1996. 142 p

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. ISBN: 852250220X.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2002. ISBN: 8522503966.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Gestão de Processos e Fluxos Escolares				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	4°
Visão geral sobre processos. Mapeamento e modelagem de processos. Implementação e documentação de Processos. Ferramentas para análise de Processos (Ciclo PDCA, Estrela Decisória, Brainstorming, Matriz GUT. Diagrama de causa e efeito, Gráfico de Pareto). Fluxogramas. Processos e fluxos nas instituições de ensino. Fluxo de Secretaria Escolar.					
Bibliografias Básicas					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.					
CRUZ, T. Sistemas, organizações e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.					
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Bibliografia Complementar

BALLESTERO, A. **Manual de organização, sistemas e métodos**: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. São Paulo: Atlas, 2000.

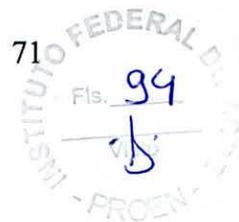
CHINELATO FILHO, J. **O & M integrado à informática**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

OLIVEIRA, D. **Sistemas, organização e métodos**. São Paulo: Atlas, 2005.

STONER, J. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1985.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2015.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Libras II				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	4º
Sinais voltados para comunicação de surdos no contexto escolar. Cultura surda e cidadania brasileira. Características da linguagem de sinais. Situações de aprendizagem dos surdos. Aquisição de uma segunda língua.					
Bibliografias Básicas					
KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli R. Libras, língua brasileira de sinais : a imagem do pensamento. São Paulo: Escala, 2011.					
MOURA, Maria Cecília de; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena. (Orgs.). Educação para surdos : práticas e perspectivas II. São Paulo: Grupo Gen, 2011.					
QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Becker. Teorias da aquisição da linguagem . Florianópolis: UFCS, 2008.					
Bibliografia Complementar					
HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary. Lopes. Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais : desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.					
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Educação de surdos : contando histórias em libras. Brasília-DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

PEREIRA, Maria Cristina C. **Leitura, escrita e surdez**. 2. ed. São Paulo: FDE, 2009. Disponível em :<<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/leituraescritaesurdez.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC/SEESP, 2005. v. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/tBTmmO>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

STROBEL, Karin. **História da Educação dos Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/0G2vVn>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	4º
Conceitos de política e estratégia. Administração estratégica. Modelos formas de planejamento estratégico. Metodologias de formulação empresarial. Aspectos gerenciais da administração estratégica. Introdução à Gestão por Resultados.					
Bibliografias Básicas					
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;					
CAVALCANTI, Marly. et al. Gestão estratégicas de negócios: evolução, cenários, diagnósticos e ação . 2. ed. São Paulo: Cengage, 2011.					
ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão: das teorias da administração à gestão estratégica . São Paulo: Ibplex, 2011.					
Bibliografia Complementar					
BEAL, Adrina. Gestão estratégica da informação: como transformação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da Administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
LUNKES, Rogério João. Controle de gestão: estratégico, tático, operacional,					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

internacional interno e de risco. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSMITH, Marshall; HESSELBEIN, Frances. **A nova organização do futuro:** visões, estratégico e insights dos maiores líderes do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GURGEL, Claudio. **Administração:** elementos essenciais para a gestão das organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Contabilidade Geral e Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	4º
Origens da Contabilidade, Usuários da Contabilidade, Campos de aplicação da Contabilidade, Conceitos Fundamentais da Contabilidade, Conceito de Patrimônio, Variação patrimonial; Demonstrações Contábeis, Documentos Contábeis.					
Bibliografias Básicas					
ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Curso básico de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, S. et. al. Manual de contabilidade das sociedades por ações da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, atuariais e financeiras. São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Curso de contabilidade para não contadores. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Curso básico de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2009.					
ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do setor público. São Paulo: Atlas, 2011.					
SÁ, Antônio Lopes de. Contabilidade básica. Brasília: Ediouro, 1980.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Direito do Trabalho				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	4º
Estudo das Normas e dispositivos legais aplicáveis às relações de emprego. Análise dos Princípios do direito do trabalho. Caracterização do contrato de trabalho, seus sujeitos e características, além de sua formação e extinção. Busca de compreensão dos direitos dos trabalhadores. Noções de Direito Previdenciário.					
Bibliografias Básicas					
CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. Comentários à CLT . 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 17. ed. São Paulo: Ltr, 2018.					
ROMAR, Carla Teresa Martins. LENZA, Pedro (Coord.). Direito do trabalho esquematizado . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					
Bibliografia Complementar					
MARTINEZ, LUCIANO. Curso de direito do trabalho . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					
BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho . 11. ed. São Paulo: Ltr, 2017.					
CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: Nrs 1 a 36 comentadas e descomplicadas . 4. ed. São Paulo: Método, 2017.					
DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho . 7. ed. São Paulo: Ltr, 2017.					
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho . 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.					

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Fundamentos da Gestão de Pessoas				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	4º

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

A Gestão de Pessoas. Recrutamento e Seleção de Pessoas. Aplicação de Pessoas nas Organizações. Manutenção de Pessoas. Desenvolvimento e monitoramento de Pessoas. Gestão de pessoas na educação. Clima organizacional e gestão de conflitos nas organizações. Motivação e liderança nas organizações de ensino (públicas e privadas).

Bibliografias Básicas

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas e o papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DRUCKER, Peter F. **Fator humano e desempenho**: o melhor de Peter Drucker sobre administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

BOHLANDER, George W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da Administração**. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 2003.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos da Administração**: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.

MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Prática Profissional II				
Pré-requisito:	COSPR-007	Carga horária:	50 h	Período Letivo:	4º
Realização de atividades simuladas e práticas em processos de gestão de pessoas e de recursos financeiros em unidades de ensino de diferentes redes, bem como desenvolvimento de habilidades na organização de processos, documentos e fluxos que integram a gestão pedagógica e administrativa escolar.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Bibliografias Básicas

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2005.
ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. São Paulo: Atlas, 2011.
ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Curso básico de contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

Bibliografia Complementar

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.
CRUZ, T. **Sistemas, organizações e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
CHINELATO FILHO, J. **O & M integrado à informática**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Política de Alimentação Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A ação do Estado brasileiro como regulador e provedor da alimentação escolar. Alimentação escolar no contexto internacional. A gestão da alimentação escolar: centralização, descentralização, semi-descentralização e terceirização. Controle social e o PNAE. O nutricionista na alimentação escolar.					
Bibliografias Básicas					
BOOG, Maria Cristina Faber. O Professor e a alimentação escolar: ensinando a amar a terra e o que a terra produz . Campinas: Komedi, 2008.					
LINDEN, Sônia. Educação alimentar e nutricional: algumas ferramentas de ensino .					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

São Paulo: Varela, 2011.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**. Florianópolis: UFSC, 2004.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, M. T. S. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FERNANDES, Laudirege. **Merenda escolar**: direito à alimentação e fruição do direito a educação. Alagoas: EDUFAL, 2009.

MOTA, Denise Giacomo da. **Educação Nutricional**: tenha uma alimentação saudável. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 2010.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Licitações e Contratos Administrativos				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	5º
Licitação Pública: Conceito, Princípios e Objetos. Modalidades de Licitação. Fases do Procedimento Licitatório: Fase Interna e Fase Externa. Contratação Direta. Dispensa de Licitação. Inexigibilidade de Licitação. Contrato Administrativo: Elementos e Cláusulas do Contrato. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Avaliação dos Resultados e dos Impactos.					
Bibliografias Básicas					
AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos : teoria e jurisprudência. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2018.					
BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos : orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília: TCU, 2010.					
GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos : casos e polêmicas. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Bibliografia Complementar

BLANCHET, Luiz Alberto. **Roteiro prático das licitações**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de licitações e contratos administrativos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
A educação inserida nas políticas de segurança e saúde para a construção de conceitos de higiene e seguridade. Destaque para os aspectos de bem-estar, uso higiênico dos espaços escolares e saneamento básico na escola. As relações sociais e educativas na comunidade e na escola, a segurança no seu interior e a prevenção de acidentes.					
Bibliografias Básicas					
ARAUJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho . 8. ed. São Paulo: GVC, 2011. ISBN: 978859933130-9.					
FERRARI, Mario. Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho . Salvador: Juspodivm, 2009.					
SILVA, Gleucia Carvalho; PEREIRA, Luciane; PINHEIRO, Andrea Nunes. Alimentos seguros: higiene e controles em cozinhas e ambientes de manipulação . 1. ed. São Paulo: SENAC, 2010. ISBN: 978857458276-4.					
Bibliografia Complementar					
GERMANO, Maria Izabel Simões. Treinamento de manipuladores de alimentos: fator					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

de segurança alimentar e promoção da saúde. 1. ed. Brasília: Varela, 2003. ISBN: 8585519738.

MATTOS, Ubirajara A. de O. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ISBN: 978853523520-3.

MINOZZO, Edson Leandro; AVILA, Ednaildes Pereira de. **Escola segura: prevenção de acidentes e primeiros socorros**. Porto Alegre: Age, 2006.

MORAES, Francisco de. **Empresas-escola: educação para o trabalho versus educação pelo trabalho**. São Paulo: SENAC, 2010. 204 p. ISBN: 978-85-7359-9541.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Consolidação das leis do trabalho**. 3. ed. Curitiba: Afiliada, 2004. ISBN: 85-7469-008-6.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Educação e Gestão Ambiental Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Política Nacional de Educação Ambiental e Agenda 21. A integração entre Educação ambiental e a Gestão Ambiental. Sustentabilidade ambiental no ambiente escolar. Plano de gestão ambiental escolar.					
Bibliografias Básicas					
CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.					
GUIMARÃES, Mauro. (Org.). Caminhos da educação ambiental . 5. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . São Paulo: Atlas, 2006. 198 p.					
Bibliografia Complementar					
ARAGÃO, J. P. G.; SANTOS, K. M. B.; SILVA, M. M. Gestão ambiental e escola: a construção de uma atitude ambiental. Revista ambiente e educação . Vol. 12. Ano II. 2011.					
WASHINGTON, NOVAES. Agenda 21 brasileira: bases para discussão . Brasília, DF:					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



MMA-PNUD, 2000.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares em educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

TALAMONI, Jandira. **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

LISBOA, Cassiano Pamplona. (Org.). **Educação ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Manutenção da Infraestrutura				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	5º
<p>Espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo. Conhecimentos de cálculos de áreas planas para quantitativo de material. Conhecimento dos tipos de materiais relacionados aos espaços físicos, tais como tintas, pisos, fios e outros. Interpretação de plantas arquitetônicas que compõem a escola: as redes elétricas, hidráulicas e de esgotamento sanitário, acessibilidade, e demais plantas da arquitetura escolar. Questões ambientais e legais voltadas para a escola tais como: reaproveitamento da água pluvial, implantação de hortas, espaço-lazer e reciclagem. Rotina de manutenção da infraestrutura escolar. Procedimentos de manutenção das redes elétricas, hidráulica e de esgotamento sanitário, corte de grama, poda de árvores. Conservação do sistema de ventilação. Rotina de manutenção física dos prédios escolares: impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, em construção de alvenaria e de madeira. Controle de pragas. Conhecimento e manutenção do sistema de incêndio da escola. Plano de emergência.</p>					
Bibliografias Básicas					
COELHO NETTO, J. T. A construção do sentido na arquitetura . São Paulo: Perspectiva, 2009.					
GROUPIUS, W. Bauhaus: nova arquitetura . 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.					
CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios . São Paulo: SESC SP, 1999.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Bibliografia Complementar

PUPPI, M. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira**. São Paulo: Pontes, 1998.

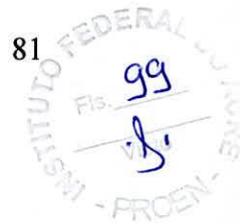
GUIMARÃES, Mauro. (Org). **Caminhos da educação ambiental**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

NETO TESSARIOLI, J. **Horta caseira implantação e cultivo**. MG: CPT, 2008.

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar**. São Paulo: Atual, 2004. Vol. 11.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. São Paulo: Papirus, 1997.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Prática Profissional III				
Pré-requisito:	COSPR-016	Carga horária:	50 h	Período Letivo:	5º
Elaboração de diagnósticos referente a infraestrutura física e a gestão ambiental em unidades de ensino de diferentes redes, seguimentos, localizações e vocações. Apresentação de propostas referente à adequação e sustentabilidade dos espaços escolares investigados. Atividades simuladas de gestão de contratos e convênios no âmbito escolar.					
Bibliografias Básicas					
BRANCO, Gil. A Organização o planejamento e o controle da manutenção . São Paulo: Ciência Moderna, 2008.					
DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . São Paulo: Atlas, 2006. 198 p.					
MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo . 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.					
Bibliografia Complementar					
IBAPE. Inspeção Predial: guia da boa manutenção . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.					
ARAGÃO, J. P. G.; SANTOS, K. M. B.; SILVA, M. M. Gestão ambiental e escola: a					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

construção de uma atitude ambiental. **Revista ambiente e educação**. Vol. 12. Ano II. 2011.

MINOZZO, Edson Leandro; AVILA, Ednaildes Pereira de. **Escola segura: prevenção de acidentes e primeiros socorros**. Porto Alegre: AGE, 2006.

FERRARI, Mario. **Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho**. Salvador: Juspodivm, 2009.

MATTOS, Ubirajara A. de O. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Planejamento e Organização de Cantinas				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	6º
Macronutrientes e micronutrientes. Valor nutricional dos alimentos, porções, pesos e medidas. Pirâmide alimentar. Demanda energética nas diferentes fases da vida. Aspectos culturais da alimentação. Alimentação saudável na escola. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre microrganismos. Doenças transmitidas por microrganismos. Higiene e boas práticas na manipulação de alimentos. Legislação para serviços de alimentação.					
Bibliografias Básicas					
GARCIA, R. W. D.; MANCUSO, A. M. C. Mudanças alimentares e educação nutricional . São Paulo: Gen, 2011.					
JAPUR, C. C.; CAMPANELLI, M.; VIEIRA, M. N. Dietética aplicada na produção de refeições . São Paulo: Gen, 2012. (Série nutrição e metabolismo)					
LARA FONSECA, Adriana; LOPES, José Dermeval Saraiva. Segurança alimentar em restaurantes e lanchonetes: treinamento de manipuladores de alimentos . MG: CPT, 2004.					
Bibliografia Complementar					
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Cartilha sobre boas práticas para serviços de alimentação . Brasília: ANVISA, 2016.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

DENISE G. da. **Educação nutricional**: tenha uma alimentação saudável. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 2010.

FERNANDES, L.: **Merenda escolar**: direito à alimentação e fruição do direito a educação. Alagoas: EDUFAL, 2009.

LEAL, M. do C. A.; BITTENCOURT, S. Informações nutricionais: o que se tem no país. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MALUF, R. S.J. **Segurança Alimentar e Nutricional**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2007.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Laboratório de Línguas e Salas de Leitura				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	6°
O que é leitura. Mediação entre o livro e o leitor. Como estimular a leitura. Como montar uma sala de leitura. Conceitos básicos em construção de laboratórios de línguas: materiais de construção, móveis, material de laboratório, equipamentos de segurança, dimensões e disposições em laboratórios; Normas gerais de funcionamento: comportamento em laboratório, organização e preparação das aulas, manuseio de equipamentos e materiais, aspectos éticos e legais para o uso das informações Normas gerais de manutenção: higienização de superfícies e equipamentos, Legislação aplicada às atividades em laboratórios.					
Bibliografias Básicas					
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . 30. ed. São Paulo: Cortez, 1995.					
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.					
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . São Paulo: Cortez, 2000.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Linguística aplicada : ensino de línguas e comunicação. Campinas: Pontes, 2005.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



COLLINS, H.; FERREIRA, A. (Org.). **Relatos de experiências de ensino e aprendizagem de línguas na Internet**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

FIORI, A. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental**. 2. ed. São Paulo: Disal, 2011.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: TRIOM, 1999.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Tecnologias, Laboratório de Mídias e o Contexto Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	6º
Sociedade da informação e do conhecimento. Sociedade Global; Conceitos básicos da área de informática e informática educativa; Linha do tempo das Tecnologias Educacionais; Uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação; Influência das Novas Tecnologias na sociedade contemporânea; Mídias virtuais e impressas. Linguagens audiovisuais: teatro, fotografia, cinema, rádio, televisão e internet; Práticas de Laboratório; Videotecas Escolares; Tecnologia Assistiva e suas aplicações na Educação; Educação a Distância.					
Bibliografias Básicas					
ALVES, Sérgio Rodrigues. Tecnologia educacional: 21 dicotomias no século XXI . 1. ed. São Paulo: Perse, 2014.					
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . 8. ed. São Paulo: Papirus, 2011.					
VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. (Orgs.). Tecnologia na escola e formação de gestores . São Paulo: PUC-SP, 2004.					
Bibliografia Complementar					
BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. Computadores em sala de aula: métodos e usos . Porto Alegre: Penso, 2012.					
DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação . 4. ed. Rio de					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

Janeiro: Vozes, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

PEROTA, Maria Luiza Loures R. (Org.). **Multimeios**: seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo. 3. ed. São Paulo: FCCA, 1997.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógicas**. 21. ed. São Paulo: Papirus, 2013.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	6º
<p>Conceito, características e desafios ao empreender. Viabilidade de novos negócios. Criação, gestão e sobrevivência de novos empreendimentos. CCE's. O empreendedorismo como resposta ao novo conceito de empregabilidade. Empreendedorismo Corporativo. Desenvolvimento de atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras. Modelo de Negócios (Canvas). Plano de Negócios.</p>					
Bibliografias Básicas					
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
_____. Empreendedorismo corporativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.					
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor : prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.					
Bibliografia Complementar					
BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão : fundamentos, estratégias e dinâmicas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
BIRLEY, S; MUZYKA, D. F. Dominando os desafios do empreendedor . São Paulo: Makron Books, 2001.					
DEGEN, R. J. O empreendedor : empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira; Thompson, 2005.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Laboratório de Ciências				
Pré-requisito:		Carga horária:	60 h	Período Letivo:	6º
Conceitos básicos em construção de laboratórios: materiais de construção, móveis, material de laboratório, equipamentos de segurança, dimensões e disposições em laboratórios; Normas gerais de funcionamento: comportamento em laboratório, organização e preparação das aulas, manuseio de equipamentos e materiais, aspectos éticos e legais para o uso de animais no ensino, alternativas ao uso de animais no ensino; Normas gerais de segurança: segurança do aluno uso de materiais, conduta em caso de acidentes; Normas gerais de manutenção: higienização de superfícies e equipamentos, procedimentos usuais de desinfecção, procedimentos usuais de esterilização, acondicionamento e descarte de resíduos; Legislação aplicada às atividades em laboratórios.					
Bibliografias Básicas					
ALMEIDA, M. F. C. Boas práticas de laboratórios . São Caetano do Sul: Difusão, 2009.					
GREIF, S. Alternativas ao uso de animais vivos na educação : pela ciência responsável. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2003.					
HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C. Manual de Biossegurança . 2. ed. Barueri: Manole, 2012.					
Bibliografia Complementar					
ARAÚJO, S. A. A. Manual de biossegurança : boas práticas nos laboratórios de aulas práticas da área básica das ciências biológicas e da saúde. Natal: Universidade Potiguar, 2009.					
CRUZ, J. B. Laboratórios . Brasília: Universidade de Brasília, 2009, 104 p.					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

JUKES, N.; CHIUIA, M. **From guinea pig to computer mouse: alternative methods for a progressive, humane education.** 2. ed. [S. l.]: Leicester, 2006.

OLIVEIRA, D. M. O.; SOARES, M. V.; FONTES, M. A. S. **Manual de biossegurança: normas gerais para utilização dos laboratórios da área de Ciências Biológicas e da área de Saúde: docentes, discentes e funcionários.** Volta Redonda: Fundação Oswaldo Aranha, 2008.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar				
Pré-requisito:		Carga horária:	30 h	Período Letivo:	6º
A importância do lazer na sociedade contemporânea. Os diferentes significados do lazer e do entretenimento. Lazer, escola e juventude. Aprendizagem e lazer. O uso das novas tecnologias como instrumentos de educação. Concepções do esporte no contexto escolar. O lúdico no combate a violência escolar.					
Bibliografias Básicas					
HASSENPFUG, Walderez Nosé. Educação pelo esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. São Paulo: Saraiva, 2004.					
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. São Paulo: Autores Associados, 2006.					
MELO, V. A. Introdução ao lazer. Barueri: Manole, 2003.					
Bibliografia Complementar					
BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.					
BAGNATO, Vanderlei Salvador. Lazer e suas aplicações em Ciência e Tecnologia. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009.					
MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e sociedade: múltiplos olhares.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

87



Campinas: Alínea, 2008.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003

WLRA. **Carta Internacional de Educação para o Lazer**. 1993. Disponível em:
<http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195>.

Acesso em: 17 mar. 2013.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Prática Profissional IV				
Pré-requisito:	COSPR-024	Carga horária:	50 h	Período Letivo:	6º
Elaboração de diagnósticos em unidades de ensino de diferentes redes, seguimentos, localizações e vocações referente ao funcionamento, utilização e adequação de espaços escolares: cantina, refeitório, salas de leitura/biblioteca, laboratórios, sala de multimeios e lazer. Com base nas inconformidades encontradas e para fins de melhorar o uso dos espaços mencionados, elaborar propostas/projetos para fins de intervenção.					
Bibliografias Básicas					
MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógicas . 21. ed. São Paulo: Papirus, 2013.					
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução . São Paulo: Autores Associados, 2006.					
ALMEIDA, M. F. C. Boas práticas de laboratórios . São Caetano do Sul: Difusão, 2009.					
Bibliografia Complementar					
ARAÚJO, S. A. A. Manual de biossegurança: boas práticas nos laboratórios de aulas práticas da área básica das ciências biológicas e da saúde . Natal: Universidade Potiguar, 2009.					
SILVA JR., E. A. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos . 4. ed. São Paulo: Varela, 2001.					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

CRUZ, J. B. **Laboratórios**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

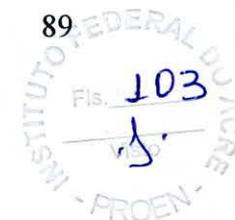
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

13.3 ANEXO III – Ementas das disciplinas optativas

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Inglês Instrumental				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Desenvolvimento de estratégias de leitura visando a compreensão de textos, em diferentes níveis e gêneros em contextos administrativo para uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Estudo de aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa. Análise de itens léxico-gramaticais e linguísticos recorrentes em textos ligados à área de Educação. Uso do dicionário e de ferramentas eletrônicas de tradução.					
Bibliografias Básicas					
ABSY, C. A.; COSTA, G. C.; MELLO, L. F. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . 2. ed. São Paulo: Disal, 2005.					
ARAUJO, A. D.; SAMPAIO, S. Inglês Instrumental: caminhos para leitura . Teresina: Aliena Publicações, 2002.					
GLENDINNING, Eric H; MCEWAN, John. Oxford English for Information Technology . 2. ed. Oxford: University Press, 2006.					
Bibliografia Complementar					
MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura . 1. ed. São Paulo: Ática, 2001. Módulo I.					
TOTIS, Verônica Pakraukas. Língua inglesa: leitura . São Paulo: Cortez, 1991.					
MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: com chave de respostas . São Paulo:					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Martins Fontes, 2010.

TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GUADALINI, E. O. **Técnicas de leitura em inglês: Esp - English for specific purposes: Estágio 1**. São Paulo: Texto Novo, 2002.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Educação no Campo				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Reflexão crítica sobre a dicotomia rural-urbano. A educação e escola do campo: história, tendência, concepções teórico-metodológicas. Território da Educação Rural na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica da Educação Nacional. Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo. A Educação Rural e o desenvolvimento local, integrado e sustentável. Identidade e Alteridade: fundantes para a construção de relações, saberes dos atores sociais do campo. Currículo para escola básica do e para o campo. Formação de Professores para Educação do Campo. Estudos de propostas pedagógicas para o campo.					
Bibliografias Básicas					
ALVES, G. L. (Org.). Educação no campo: recortes no tempo e no espaço . Campinas: Autores Associados, 2009.					
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). Por uma educação do campo . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.					
SANTOS, C. A. Por uma educação do campo: campo, políticas públicas, educação . Brasília: INCRA, 2008.					
Bibliografia Complementar					
BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra . Petrópolis: Vozes, 1999.					
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,					



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre**
Campus Rio Branco

2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.FREIRE, P. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 007.GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Planejamento, Implementação e Gestão em Educação à Distância				
Pré-requisito:		Carga horária:	45h	Período Letivo:	5º
A história do EaD. Legislação e diretrizes que regem a EaD. Modelos pedagógicos de EaD. Fluxos e processos de EaD. Design educacional e produção de material didático. Docência compartilhada e equipes multidisciplinares. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem: recursos e ferramentas para uso autônomo. Mediação pedagógica na EaD. Avaliação na EaD.					
Bibliografias Básicas					
BEHAR, P. A. (Org.). Competências em educação à distância . Porto Alegre: Penso, 2013.					
ORTIZ, F. C.; SANTOS, F. A. (Orgs.). Gestão da educação à distância: comunicação, desafios e estratégias . São Paulo: Atlas, 2015.					
MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD: a educação a distância hoje . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 142 p.					
Bibliografia Complementar					
DALVACI, B. A produção do material didático para EAD . São Paulo, SP: Cengage, 2017.					
LEVY, P. O que é o virtual . São Paulo: 34, 1996.					
MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

pedagógica. Campinas/SP: Papyrus, 2001.

PIVA JUNIOR, D.; PUPO, R.; GAMEZ, L. **EAD na prática:** planejamento, métodos e ambientes de educação online. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

SILVA, R. S. **Gestão de EAD:** educação a distância na era digital. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2013.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Educação e Sexualidade				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Discussão e reflexão do desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idosos) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. Construção de formas de abordagem participativas (alunos, pais e professores) na escola sobre temáticas relativas ao desenvolvimento sadio da sexualidade. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerância. Discussão dos parâmetros curriculares nacionais no ministério de educação e cultura e a temática da sexualidade. Estudo sobre as desigualdades sociais, a carência estrutural de muitos alunos, as violências das várias ordens que cercam a vida desses e que interferem nas relações e comportamentos sexuais.					
Bibliografias Básicas					
DUARTE, R. G. Sexo, sexualidade e doenças transmissíveis. São Paulo: Moderna, 2000.					
HÁLIA, P. S. Convivendo com o seu Sexo. São Paulo: Paulina, 1987.					
NUNES, C.; SILVA E.; A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. São Paulo: Autores Associados, 2000.					
Bibliografia Complementar					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventude e Sexualidade**.
 Brasília: UNESCO, 2004.

COSTA, R. P. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo:
 Gente, 1994.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte:
 Autêntica, 2000.

MATHEUS, A. T.; EISENSTEIN, E. **Fala sério!** perguntas e respostas sobre
 adolescência e saúde. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

TIBA, I. **O despertar do sexo**: um guia para entender o desenvolvimento sexual e
 afetivo nas novas gerações. São Paulo: Gente, 1994.

Curso:	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES				
Disciplina:	Espanhol Instrumental				
Pré-requisito:		Carga horária:	45 h	Período Letivo:	5º
Importância da Língua Espanhola no contexto profissional – mundo, Brasil, Acre. Origem da Língua Espanhola. Leitura e análise de gêneros textuais, em Língua Espanhola, relacionados à área profissional. Noções de fonética e fonologia. Elementos linguístico-gramaticais. Variantes linguísticas e cultura: Espanha e Hispanoamérica. Compreensão e Produção Oral e Escrita. Vocabulário específico da área técnica.					
Bibliografias Básicas					
GONZÁLEZ, Marisa; MARTÍN, Felipe; RODRIGO, Conchi. Socios 1 : curso de español orientado al mundo del trabajo. Barcelona: Difusión,SL, 2007.					
PALOMINO, María de los Ángeles. Correo Comercial : técnicas y uso. Madrid: Edelsa, 2018.					
CHAMORRO, María Dolores. El Ventilador : curso de español de nivel superior. Madrid: Difusión, 2011.					
Bibliografia Complementar					
COLLINS. Collins dicionário : espanhol-português, português-espanhol. 2. ed. São					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Rio Branco



Paulo: Disal, 2011.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Espanhol para brasileiros**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DUEÑAS, Carlos Romero; HERMOSO, Alfredo Gonzáles. **Gramática de Español Lengua Extranjera**. Madrid: Edelsa, 2011.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del Español**. Madri: Edelsa, 1995.



EM BRANCO



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS
EMITIDO EM 21/11/2018 19:14



Processo nº. 23244.016361/2018-48

Assunto: REFORMULAÇÃO DE PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPC DO CURSO DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES

DESPACHO

Prezado Diretor de Políticas de Graduação,

Considerando o Parecer 008/2018 da COGEB, o Parecer nº 20/2018 da DIPGR e o Despacho nº 71/2018, que traz recomendações a respeito do processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Escolares.

Informo que a maioria das recomendações foram atendidas, com exceção da recomendação sobre o prazo para integralização mínima de 6 para 5 semestres, por ser um curso à noite, existir muita reclamação por parte dos alunos que trabalham aos sábados e professores que encontram dificuldades de cumprimento de suas cargas horárias.

Desta forma, reencaminho o processo para análise e envio ao CONSU.

(Autenticado digitalmente em 21/11/2018 19:11)
FRANCISCA IRIS NUNES DA SILVA BEZERRA
COORD C SUP TECNO PROC ESCOLARES - CRB (11.02.01.05.02.06)
COORDENADOR DE CURSO

Diretoria Sistêmica de Gestão de Tecnologia da Informação - DSGTI - IFAC | Copyright © 2005-2018 - UFRN -
anchova.ifac.edu.br.srv1inst1

EMERANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



PARECER Nº 09/2018/COGEB/PROEN/REIT /IFAC

Parecer Técnico sobre as Referências Bibliográficas do Projeto Pedagógico do **Curso de Tecnologia em Processos Escolares**, proposto pelo *Campus Rio Branco* de acordo com as normas da ABNT NBR 6023:2002 que trata sobre a elaboração das referências bibliográficas.

Considerando as orientações sobre as referências bibliográficas do PPC do Curso de Tecnologia em Processos Escolares, sob Número de Processo 23244.016361/2018- 48 e atendimento quanto as correções das referências bibliográficas, verificou-se que, o PPC do Curso de Tecnologia em Processos Escolares do Campus Rio Branco está de acordo com as indicações sugeridas pela COGEB e que o mesmo poderá ser enviado ao CONSU para aprovação.

Rio Branco, AC, 21 de novembro de 2018.


Vivianny de Melo Guarena
Coordenadora-Geral de Bibliotecas
Resolução nº 819 de 01/06/2016

16/12

EM BRANCO



RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE 2018.

Dispõe sobre a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares do *Campus* Rio Branco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE (IFAC), no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 11.892/2008 de 29/12/2008 e pelo Decreto, de 13 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 71, seção 2, página 1, de 14/04/2016, considerando a deliberação do Conselho Superior ocorrida durante a 23ª Reunião Ordinária do Conselho Superior em 27/07/2018 e a Resolução nº 191, de 08 de agosto de 2014, que aprova o Regimento Interno do Conselho Superior,

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CONSU/IFAC 032/2011 de 06/06/2011, que dispõe sobre a Criação do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares do *Campus* Rio Branco.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, a reformulação Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares do *Campus* Rio Branco, carga horária de 2105 horas e duração de seis semestres.

Art. 2º - Instruir para que nenhuma alteração seja realizada no Projeto Pedagógico do Curso sem a anuência e expressa autorização da Pró-Reitoria de Ensino e/ou deste Conselho.

Art. 3º - Estabelecer que conste como anexo desta Resolução, a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares.

Art. 4º - Esta Resolução deve ser publicada no Boletim de Serviço e no portal do Ifac.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura

Rio Branco - AC, XX de XXXX de 2018.

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS
Presidente do Conselho Superior

ANEXOS

Tabela 1. Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares.

Código	Componente Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária			
			Total	Teórica	Prática	Nº Aulas
1º semestre						
COSPR0119	Fundamentos da Administração	3	45	35	10	54
COSPR1019	Direito Administrativo	2	30	30	-	36
COSPR0319	Educação, Sociedade e Trabalho	3	45	45	-	54
COSPR0419	Matemática Aplicada	4	60	50	10	72
COSPR0519	Português Instrumental	4	60	60	-	72
COSPR0619	Fundamentos da Educação Inclusiva	4	60	40	20	72
Carga horária total		20	300	260	40	360
2º semestre						
COSPR0919	Informática Básica	4	60	30	30	72
COSPR1919	Legislação Protetiva Especial	3	45	30	15	54
COSPR0819	Ética	2	30	30	-	36
COSPR1119	Psicologia da Educação	3	45	30	15	54
COSPR1219	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	2	30	15	15	36
COSPR1319	Metodologia Científica	3	45	30	15	54
COSPR1419	Legislação Educacional e Educação Básica	3	45	45	-	54
Carga horária total		20	300	210	90	360
3º semestre						
COSPR0219	Libras I	4	60	30	30	72
COSPR1819	Estatística Aplicada à Educação	3	45	35	10	54
COSPR2019	Gestão Escolar Democrática e Participativa	4	60	45	15	72





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



COSPR2119	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	3	45	45	-	54
COSPR2219	Laboratório de Informática	4	60	45	15	72
COSPR0719	Prática Profissional I	4	50	-	50	60
Carga horária total		22	320	200	120	384
4º semestre						
COSPR2519	Gestão de Documentos e Registro Escolar	2	30	20	10	36
COSPR2619	Gestão de Processos e Fluxos Escolares	2	30	20	10	36
COSPR1519	Libras II	4	60	30	30	72
COSPR2719	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	4	60	50	10	72
COSPR2919	Contabilidade Geral e Escolar	3	45	30	15	54
COSPR3119	Direito do Trabalho	2	30	30	-	36
COSPR3019	Fundamentos da Gestão de Pessoas	3	45	45	-	54
COSPR1619	Prática Profissional II	4	50	-	50	60
Carga horária total		24	350	225	125	420
5º semestre						
COSPR3319	Política de Alimentação Escolar	3	45	45	-	54
COSPR4719	Licitações e Contratos Administrativos	2	30	20	10	36
COSPR3419	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	3	45	30	15	54
COSPR4319	Educação e Gestão Ambiental Escolar	3	45	30	15	54
COSPR3919	Manutenção da Infraestrutura	4	60	45	15	72
COSPR2419	Prática Profissional III	4	50	-	50	60
	Disciplina Optativa	3	45	45	-	54
Carga horária total		22	320	215	105	384
6º semestre						
COSPR4419	Planejamento e Organização de Cantinas	3	45	30	15	54
COSPR4519	Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura	3	45	30	15	54
COSPR3719	Tecnologias, Laboratório de Mídias e o Contexto Escolar	4	60	40	20	72
COSPR3619	Laboratório de Ciências	4	60	40	20	72
COSPR2319	Empreendedorismo e Inovação	3	45	30	15	54
COSPR3819	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	2	30	15	15	36
COSPR3219	Prática Profissional IV	4	50	-	50	60
Carga horária total		23	335	185	150	402



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Tabela 2. Disciplinas optativas do curso.

Código	Componente Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária			
			Total	Teórica	Prática	h/a
COSPR4919	Inglês Instrumental	3	45	45	-	54
COSBI2017-60	Educação no campo	3	45	45	-	54
COSPR5119	Planejamento, Implementação e Gestão em Educação à Distância	3	45	30	15	54
COSBI2017-59	Educação e Sexualidade	3	45	45	-	54
COSPR5319	Espanhol Instrumental	3	45	45	-	54